

Acidentes de carros provocam 19 óbitos e dezenas de feridos nas estradas moçambicanas

Os acidentes de viação mataram pelo menos 19 pessoas, feriram outras 45, das quais 25 com gravidade, e causaram vários danos materiais, na semana finda, em algumas estradas do país, segundo o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Texto: Redacção

Ao todo foram registados 23 acidentes de viação e os atropelamentos continuam a tirar sono às autoridades que lidam com a matéria de segurança rodoviária, tendo, no período em alusão, provocado 12 vítimas.

A Polícia indica que as causas dos sinistros foram o recorrente excesso de velocidade e a má travessia de peões. Durante a fiscalização, houve apreensão de 340 cartas de condução devido a várias irregularidades.

Na mesma operação, nove indivíduos caíram nas mãos da PRM por suposta condução ilegal e outros 13 por alegada tentativa de suborno aos agentes da Polícia de Trânsito (PT).

Juízes do Constitucional querem mais mordomias adequadas à sua “dignidade” acrescidas aos 400 mil que já auferem



Os sete Juízes Conselheiros do Conselho Constitucional(CC), que auferem salários base acima de 200 mil meticais aos quais acrescem bónus e as mordomias de membros de órgãos de soberania, pretendem incluir na sua Lei Orgânica remunerações mensais que sejam mais “adequadas à dignidade”. O @Verdade apurou que para 2019 o Orçamento de Estado prevê que Hermenegildo Gamito e os seus pares possam embolsar pelo menos 400 mil meticais por mês.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 02 →

Polícia moçambicana diz que há movimentação desregrada de armas de fogo nas embaixadas

O comandante-geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), Bernardino Rafael, disse, com alguma apreensão, que algumas empresas de segurança privada – não poucas – ao serviço de embaixadas, representações diplomáticas e outras instituições no território moçambicano movimentam armas de fogo e praticam manobras militares sem a anuência do Ministério do Interior (MINT). Ele apelou ao cumprimento das regras estabelecidas pelo Estado em relação a essa matéria.

Texto: Emildo Sambo

Segundo o general, há igualmente transporte de avultadas somas em dinheiro sem a devida comunicação às autoridades da lei e ordem para efeitos de garantia de segurança.

“A circulação de armas obedece a regras” que não estão a ser “acatadas pelas empresas de segurança ao serviço” de embaixadas e representações diplomáticas no país, afirmou Bernardino Rafael, na semana passada, dirigindo-se aos gestores de segurança corporativa, que colaboram com as embaixadas, instituições de petróleo, gás, indústrias alimentares, sectores de mineração e bancas.

“Não estraguem as nossas normas”, movimentando “forças de outros países” para efectuarem manobras militares no país e/ou em instituições que nele funcionam. “É proibido”, não só em Moçambique, mas também, em qualquer outra parte do mundo.

De acordo com Bernardino Rafael, “todas as empresas de segurança privada” são obrigadas a informar à PRM quando pretendem transportar dinheiro dos bancos e de outras instituições, pois “há esquemas” montadas em conluio com presumíveis bandidos “para facilitar o roubo desse dinheiro.”

Ainda segundo afirmou o comandante-geral, a corporação deve estar a par da operação para ajudar a encontrar a melhor “estratégia de transporte” de fundos e evitar assaltos.

Num outro desenvolvimento, ele apelou às empresas de segurança privada para não faltarem vencimentos aos seus trabalhadores, porque se isso acontecer cria situações para que eles se envolvam em roubos de bens das instituições a que são afectos ou observam greves.

BM relaxa um bocado política monetária mas 2018 finda com juros acima de 22 por cento e o dólar nos 61 meticais

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique relaxou um bocado a política monetária restritiva que tem estado a implementar desde 2016 porém o ano vai findar com as taxas de juro acima dos 22 por cento e o dólar ultrapassando os 61 meticais.

Texto: Adérito Caldeira

Reunida pela última vez este ano o CPMO decidiu: “Reduzir em 75pb a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, para 14,25 por cento; Reduzir em 75pb a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC), para 17,25 por cento; Reduzir em 75pb a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD), para 11,25 por cento; Manter o coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda doméstica em 14 por cento; e Manter o coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda estrangeira em 27 por cento.”

No entanto o Banco de Moçambique, que ao contrário da prática não fez conferência de imprensa para anunciar estas decisões, alerta que “O nível de actividade económica continua baixo” e que “A conta corrente da balança de pagamentos registou um agravamento”.

Um alerta que mostra pouca evolução comparativamente a Dezembro de 2017 quando o banco central assinalou que “a actividade económica continua fraca” e ainda contrasta com o discurso optimista do Presidente Filipe Nyusi que chegou

mesmo a anunciar “o início do pós-crise” em Moçambique.

Estará a contribuir para a retração da economia o elevado custo do dinheiro que embora não esteja nos 30 por cento de há 12 meses as taxas de juro a retalho vai fechar o ano nos 22,79 por cento.

Relativamente a conta corrente o BM refere que no terceiro trimestre de 2018 registou-se um aumento em 871 milhões de dólares norte-americanos, “a reflectir o crescimento, não só das importações de bens de consumo intermédio, como também dos pagamentos de serviços ao exterior, relacionados com a actividade dos grandes projectos”.

Pouco animador para economia é também a depreciação do metical que fechou o ano de 2017 nos 59,36 meticais face ao dólar norte-americano mas vai terminar 2018 nos 61,48 meticais.

A saber que semântica o Presidente da República vai usar na próxima semana quando for a Assembleia da República realizar o seu quarto Informe sobre o Estado da Nação.



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Juizes do Constitucional querem mais mordomias adequadas à sua "dignidade" acrescidas aos 400 mil que já auferem

Enquanto a maioria dos moçambicanos nem sequer consegue obter um emprego com contrato de trabalho, e os poucos que os têm de usar a criatividade para adquirir os alimentos básicos para a sua sobrevivência, os Juízes Hermenegildo Gamito, Lúcia da Luz Ribeiro, João André Ubisse Guenha, Manuel Henrique Franque, Domingos Hermínio Cintura, Mateus da Cecília Feniassse Saize e Ozias Pondja submeteram à Assembleia da República um pedido de revisão da sua Lei Orgânica para fundamentalmente incluir nela os seus salários chorudos acrescidos de regalias e mordomias.

“O Estado garante uma remuneração mensal, sob forma de salário base, subsídios e abonos adequados à dignidade e exclusividade no exercício da função” pode-se ler no artigo que pretendem incluir na Lei Orgânica ao qual se junta uma outra disposição para aumentar ainda mais os salários já elevados.

“Na data em que perfizer dois anos e meio, sete e doze anos de serviço efectivo, o Juiz Conselheiro do Conselho Constitucional recebe diuturnidade especial correspondente a vinte por cento do vencimento líquido”, que o @Verdade apurou rondar os 200 mil meticais mensais.

O novo artigo que ressalva, “as diuturnidades referidas no número anterior consideram-se, para todos os efeitos,

[illegible]

sucessivamente incorpora-
das no vencimento e dispen-
sa o visto prévio do Tribunal
Administrativo”.

A actual lei orgânica define que os Juizes Conselheiros do Conselho Constitucional gozam, em geral das honras, regalias e precedências próprias de membros de um órgão central de soberania a quais juntam-se “assistência médica gratuita para si, cônjuge, familiares a seu cargo; viatura protocolar; passaporte diplomático para si e seu cônjuge; subsídio de representação; passagem em primeira classe.”

Na proposta assinada pelo

presidente do CC, submetida à “casa do povo” no passado dia 16 de Outubro, os Juízes querem passar a ter “Residência condigna, devidamente mobilada, afectada pelo Estado ou, na sua falta, subsídio de renda de casa” e, caso residam em casa própria um “Subsídio de compensação”.

Verba para salários dos Juizes em 2019 equipara-se a toda dotação do Hospital Geral da Polana Caniço

Desejam ainda passar a receber subsídio de férias correspondente ao seu salário base, um subsídio de insta-

lação no início do mandato, um subsídio de exclusividade e de risco e ainda seguro de vida e de incapacidade.

À “assistência médica gratuita” os Juizes do CC querem incluir também os medicamentos, que quase sempre faltam quando o povo deles necessita.

Indiferentes à falta de transporte que obriga os moçambicanos a viajarem como gado o Gamito e companhia pretendem juntar ao Mercedes protocolar uma viatura de afectação pessoal.

Ademais, e embora exercendo cargos que não são vitalí-

cios, os Juizes do CC querem garantir que mesmo que trabalhem apenas um mandato de cinco anos quando deixarem os postos continuem a auferir todo o salário incluindo os aumentos especial, subsídios actualizados, possam continuar a trocar de carros de alta cilindrada pegos pelo erário a cada cinco anos e ainda pretendem que a sua Lei Orgânica inclua uma pensão de sobrevivência correspondente a 100 por cento do vencimento base, a que têm direito o cônjuge e os herdeiros sobreviventes.

Analisando os Orçamentos do Estado o @Verdade apurou que nos últimos anos a remuneração dos Juizes Conselheiros representou pouco mais de um terço de toda verba alocada ao Conselho Constitucional. Em 2016 foram 26.639.240 meticais, em 2017 baixou para 25.790.720 meticais e este ano voltou a aumentar para 26.166.060 meticais o que permite concluir que cada um dos sete venerandos embolsou pouco mais de 300 mil meticais por cada mês de trabalho.

Entretanto para 2019 foram inscritos 34.982.580 meticais para os salários dos Juizes, tanto quando foi alocado este ano para o funcionamento do Hospital Geral da Polana Caniço. Com este aumento da verba salarial Hermenegildo Gamito e os seus pares deverão levar para casa pelo menos 400 mil meticais em cada mês do próximo ano.

Mulheres moçambicanas e do mundo não têm escolhas em todos os aspectos de suas vidas

Uma em cada quatro mulheres nos países em desenvolvimento, particularmente em Moçambique, deseja evitar a gravidez ou adiá-la, por pelo menos dois anos, para aumentar o espaçamento entre os filhos, mas, infelizmente, não tem acesso a métodos modernos de planeamento familiar, sobretudo no norte do país, salienta um relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (FUNUP), sobre “O Poder de Escolha: Direitos Humanos e a Transição Demográfica”, lançado esta quinta-feira (13), em Maputo.

Texto & Foto: **Emildo Sambo**

Socorrendo-se dos dados do Ministério da Saúde (MISAU), a representante do FUNUAP, Andrea Wojnar, disse que em Moçambique 20% das mulheres urbanas não têm acesso ao planeamento familiar, pese embora tenham essa vontade. Esta percentagem aumenta para 24% nas áreas rurais. No norte, a taxa é ainda mais levada, 30%.

Consequentemente, no país existem anualmente 143 mil gravidezes indesejadas, porque “as mulheres não têm escolhas reais de contraceptivos. Todos os dias, 15 mulheres morrem durante a gravidez ou o parto” por falta de cuidados de saúde.

Adicionalmente, dezenas de milhares de raparigas são forçadas a casar e a ter filhos ainda na puberdade. “Elas não têm escolhas sobre quase todos os aspectos de suas vidas”, disse a representante daquele organismo.

Falando no lançamento do relatório que retrata a “Situação da População Mundial 2018”, Andrea Wojnar considerou que a escolha – “posse de meios para tomar as próprias decisões” – ainda é uma utopia para “todas as pessoas” de vários cantos do planeta, o que se reflete nas taxas de



fertilidade muitos diferentes no mundo.

Por exemplo, nas nações da África Subsaariana, uma mulher tem quatro ou mais filhos e em Moçambique tem mais de cinco filhos, contra menos de dois nos países mais desenvolvidos.

Porém, independentemente de a taxa de fecundidade ser alta ou baixa, os desafios prevalecem nas economias e perspecti-

vas para o futuro, quer dos países em progresso, quer dos países desenvolvidos, disse a representante do FUNUAP.

Segundo ela, “os países com altas taxas de fecundidade podem enfrentar dificuldades em fornecer educação e assistência médica para a população em rápido crescimento”, enquanto onde há baixa fertilidade os esforços para manter a força de trabalho suficiente com vista a alimentar

a economia podem ser maiores.

A fonte terminou apelando para que se “aumente os direitos de escolhas” e haja cuidados infantis mais acessíveis para a maioria das mulheres, mormente em países em vias de progresso, para permitir que as “mulheres expandam as suas famílias sem desistir das suas carreiras.”

Para a vice-ministra da Juventude e Desportos, Ana Flávia Azinheira, nas últimas duas décadas, Moçambique cresceu significativamente, mas esse avanço não se reflecte muito na qualidade de vida da população, especialmente nas mulheres e nos jovens.

A governante disse que 46% da população enfrenta desafios de vária ordem, em particular no que diz respeito ao acesso à saúde e à educação, sendo as mulheres, as raparigas e os jovens os rostos mais notório dessa situação.

Por isso, é necessário, de acordo com Ana Flávia Azinheira, que o Governo encontre políticas e programas de desenvolvimento que incluam as expectativas dessa classe e indique soluções para os problemas que enfrenta.

Editorial

averdademz@gmail.com

Um aborto de país

Ainda seremos um país onde dê gosto viver? Infelizmente, a resposta para já é negativa, sobretudo quando olhamos para as acções do Executivo de Nyusi nos últimos anos de mandato. Na verdade, a situação é conjuntural e perdura anos. Há 43 anos de Independência Nacional temos vindo a assistir a um país totalmente à mercê de indivíduos sem escrúpulos cuja única lógica de governação é espoliar os cofres do Estado em benefício próprio.

Infelizmente, devido às políticas insensatas do Governo da Frelimo, Moçambique encontra-se mergulhado numa tragédia sem prece-

des, impotente, a volta do seu próprio umbigo e incapaz de se erguer sobre os seus próprios pés. O Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento de Estado (OE) para 2019 que foram aprovados recentemente pela Assembleia da República (AR), ou seja pela bancada parlamentar da Frelimo, mostra, de forma clara e objectiva, que estamos a ser governados por um Executivo ao serviço das multinacionais.

Relativamente ao ponto sobre a criação de novos empregos para os moçambicanos no ano de 2019, o Governo da Frelimo decidiu continuar a manter na miséria e na humilhação a esmagadora maioria da

população moçambicana. Peremptoriamente, Executivo de Nyusi, através do seu laçao, o primeiro-ministro Carlos Agostinho do Rosário, admitiu, durante defesa do PES e OE, que os milhões de novos empregos que o Governo está a criar nos sectores da agricultura e infra-estruturas são precários.

Um Governo que se preze e respeita o seu povo deveria envergonhar-se de criar empregos precários para a sua população, justificando que o mais importante é o trabalho e depois deve-se exigir ao Estado para criar condições. Diante desse tipo de pensamento, não temos dúvidas do país que seremos. É evi-

dente que seremos um país mais mediocre do que já somos. O Estado tem a obrigação de criar condições para o seu povo.

É deveras lamentável quando o povo confia o seu voto a uma corja de indivíduos que nem sequer se preocupa com o bem-estar e a dignidade dos seus eleitores, pelo contrário, tudo faz para a sua opulência seja cada vez maior e mais insolente. Aliás, o povo que o elegueu fica de mãos a abanar e quase sempre anestesiados com promessas contínuas de um futuro melhor e de múltiplas outras iniciativas infundadas, com o objectivo de torná-lo cada vez mais manso.

Sociedade

Ministro da Defesa Nacional diz que está a cumprir acordo com a Renamo conforme a vontade de Afonso Dhlakama

O ministro da Defesa Nacional, Atanásio M'tumuke, disse esta quinta-feira (13) que a nomeação interina de três oficiais gerais para os cargos de directores dos departamentos de Operações, de Informações Militares e de Comunicações respeita a vontade do falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama, e não fere o entendimento entre si e o Presidente da República, Filipe Nyusi, para a materialização do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos homens residuais do maior partido da oposição no país.

Texto: Emildo Sambo

Na terça-feira (11), o governante nomeou, por instruções do Chefe do Estado, o Brigadeiro Xavier António, o Comodoro Inácio Luís Vaz e o Brigadeiro Araújo Andeiro Maciacona para as funções em alusão. Os visados já foram empossados e manifestaram total satisfação.

Eles asseguram que estão nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) há décadas e já exerceram vários cargos.

Reagindo em tornos das reclamações da Renamo, segundo as quais o “Memorando de Entendimento Sobre Assuntos Militares”, assinado com o Governo

a 06 de Agosto deste ano, prevê nomeações definitivas e não provisórias, Atanásio M'tumuke esclareceu, primeiro, que “ser interino não significa não ser um oficial” das FADM.

Foi o próprio Afonso Dhlakama “que indicou que os três oficiais deviam ocupar os departamentos” para os quais foram nomeados, declarou o ministro.

O maior partido da oposição entende que na lista enviada ao Governo, há quatro meses, constavam “14 oficiais superiores e gerais” cuja nomeação devia ser para “três departamentos do Estado-Maior General, uma bri-

gada, dois batalhões independentes, quatro repartições do Exército, dois Estados-Maiores de Brigadas e dois batalhões independentes”. Porém, Atanásio M'tumuke disse que “podem inventar [os da Renamo]” mas as vagas indicadas por Afonso Dhlakama eram apenas três.

O ministro considerou que as autoridades estão a “cumprir o entendimento (...)” entre as partes.

Neste momento, “estamos à espera a lista de 10 elementos”, proveniente da Renamo, para fazerem parte da Polícia da República de Moçambique (PRM), segundo a escolha de Dhlakama.

Por isso, “os outros podem andar a falar e isso é muito normal.”

Na opinião de Atanásio M'tumuke, os membros da “perdiz” que se queixam da alegada violação “do espírito e da letra” do “Memorando de Entendimento Sobre Assuntos Militares” “não estavam presentes” quando Dhlakama chegou a consensos com Nyusi.

“Somos todos apartidários”, ou seja, nas FADM não deve haver elementos provenientes deste ou daquele canto, apelou M'tumuke, à margem do empoçamento dos três oficiais gerais da Renamo.

Mundo

“Um país rico não pode ter trabalhadores pobres”: salário mínimo em Espanha sobe para os 900 euros

Espanha vai aumentar o salário mínimo no próximo ano. Um aumento dos actuais 735,9 euros para os 900 euros faz parte de um acordo que o Executivo socialista espanhol assinou no início de Outubro com o Podemos.

Texto: Público de Portugal

No parlamento espanhol, Pedro Sánchez sublinhou que a subida será de 22%, a maior desde 1977. O primeiro-ministro espanhol justificou a medida dizendo que “um país rico não pode ter trabalhadores pobres”.

O Conselho de Ministros de Es-

panha vai aprovar esta medida numa reunião, em Barcelona, a 21 de Dezembro.

Madrid avança com esta medida através da aprovação de um decreto-lei. Não espera por isso pela discussão do projecto de lei do orçamento para 2019,

previsto para Janeiro próximo, e onde há muitas dúvidas sobre se conseguirá ter a maioria necessária para que a medida entre em vigor.

O próximo orçamento espanhol está dependente do apoio dos partidos independentistas cata-

lães, que já anunciaram que não vão apoiar Sánchez na aprovação das contas do Estado. Se mantiverem esta decisão, os independentistas retiram aos socialistas a possibilidade de reunir uma maioria absoluta necessária para aprovação do Orçamento.

Xiconhoca

Felisberto Uthui

Há, certamente, indivíduos que merecem uma suite nos quintos dos infernos. É o caso de Felisberto Uthui, um burlão profissional, que já simulou ser advogado, economista e engenheiro. O Xiconhoca, supostamente advogado de Alberto Chipande, que representa o general no caso de demolição de casas na cidade de Pemba, não é advogado e não está inscrito na Ordem dos Advogados de Moçambique. Aliás, o sujeito não passa de mais burlão da pior espécie.

Maria Wane e Lourenço Albino

Os antigos gestores da Empresa Municipal de Transporte Público de Maputo (EMTPM), Maria Wane e Lourenço Albino são exemplos paradigmáticos do que fazem todos os indivíduos que lhes são confiados os bens ou as instituições públicas e/ou de Estado. Essa dupla de Xiconhocas, durante a sua gestão, delapidou os cofres da EMTPM, deixando a empresa numa situação financeira bastante deplorável. Os Xiconhocas praticaram os crimes de abuso de cargo e participação económica em negócio, lesando o Estado.

Juízes do Conselho Constitucional

Os juízes do Conselho Constitucional não passam de um bando de Xiconhocas sem nenhuma réstia de escrúpulo. Depois de legitimarem as fraudes ocorridas nas últimas eleições autárquicas, esse grupo de Xiconhocas, sem nenhum pinga de moral, decidiu pedir regalias, não obstante a vida principesca que os juízes levam. Não é novidade para os moçambicanos que os juízes do Conselho Constitucional não passam de uma corja de mafiosos improdutivos a serviço do partido no poder. Só indivíduos sem vergonha na cara são capazes de tamanha estupidez.

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel: +258 84 39 98 635

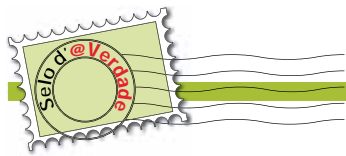
MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



Este País não é para Velhos

Um pouco por todo o Moçambique erguem-se, desafiantes, obras de grande engenharia com dinheiro emprestado pelos outros. Mas só depois da inauguração é que se começa a fazer os cálculos do quanto eu ou você, cidadão trabalhador e contribuinte, vão ter de pagar uma vida inteira, ou muito para além dela. Desengonçam-se, os habituais explicadores de serviço, pagos com dez ou quinze salários de professores ou enfermeiros, para nos convencer da pertinência de algo, em que nem eles próprios acreditam. Tudo isto é espectáculo. Atingiu-se a velhice intelectual. E como tal, estamos agora expostos aos mesmos males e perigos que pessoas daquela faixa etária devem evitar quando se cruzam com más companhias.

Fizeram uma ponte a sul para fomentar o turismo que até já lá estava. Mas agora descobrem que não têm hotéis com estrelas suficientes para enfiar os novos hóspedes que ainda sonham receber na Riviera Maputense. Os grandes magnatas do petróleo e gás, consultores pagos ao minuto ou mesmo até empreendedores-cogumelos de curriculum e opulência, no mínimo, questionáveis, se a equidade e justiça fiscais fossem uma realidade em Moçambique. Os únicos, afinal, que pagam portagem sem olharem a carteira. E para não destoar, porque a unidade nacional é o desígnio mais dito e redito, fizeram um aeroporto principesco mais a norte, para receberem, se calhar, os turistas do sul, quando estes se cansarem de ver as mesmas praias. Sempre os mesmos. E sempre, a mesma, arte de servir.

E ainda bem que não se lembraram de fazer coisas a mais a centro, para além do que já fizeram por ali, porque senão é que seriam elas. Se calhar, assustaram-se com os ventos cortantes do cume da Gorongosa e decidiram, por enquanto, adiar o peregrino plano. Já que, neste país, tudo, menos o nosso voto, é sempre secreto. É formatado por ordens superiores. Vindas de um além, que não está no céu, mas com os pés bem-postos na terra.

Enfim, os nossos visionários decidiram fazer do nosso desenvolvimento, uma réplica da série Westworld e

agora estão aos papéis com a factura que lhes caiu nas mãos. E quando se esperava que a idade fosse boa conselheira para localizar a bússola no meio da tempestade, eis que temos que aturar tiques da primeira idade em corpo errado. O pior é que nos querem contaminar com a doença.

Quando eu penso, com os meus botões, olhando para as praias, culinária, história, arqueologia e natureza quase primitiva da costa norte de Moçambique, não consigo perceber por que anda tanta gente histérica a falar de um “elefante branco” em Nacala. E de oportunistas abordagens Pê-Pê-Pê... que sempre nos soaram como duvidosas Quê-Quê-Quê?!...

E aquela tese peregrina de que o aumento da oferta em voos domésticos, licenciando mais companhias aéreas, ia viabilizar Nacala? Não lembra o diabo.

Como que a provar o velho adágio de que Deus dá nozes a quem não tem dentes, nenhuma mente brilhante nos apareceu para alertar que o majestoso aeroporto de Nacala pode – e deveria – ser um hub de companhias low-cost, que fazem a vanguarda das soluções de mobilidade turística que se situam no grande triângulo do Índico que une Maurícias, Seychelles e Maldivas. E se a isto acrescentarmos conexões marítimas seguras para os principais lodges que já existem no litoral norte de Moçambique, então estaremos perto da perfeita confluência de interesses que pode beneficiar as províncias, mas igualmente, as autarquias da região norte. Sabia o prezado leitor que Nacala e Pemba distam apenas 179 km em linha recta? Muito menos do que Maputo e Xai-Xai em idêntica situação. Isso não impediu que se inventasse um outro aeroporto internacional no pátio das traseiras de Mavalane, também, para servir aves raras e primadonas de além-mar!

O não compromisso com a ciência e com a verdade está a atingir proporções alarmantes na tomada de decisão sobre o desenvolvimento e prosperidade de Moçambique. Prefere-se, por exemplo, apostar em estradas descartáveis, para que os magnatas do petró-

leo e gás, consultores pagos ao minuto ou mesmo até empreendedores-cogumelos se possam deslocar de quando em vez até às suas coutadas, sem ficar com dores de coluna. Não vá agora tomar uma Aspirina índia. Era só o que faltava. Tem de ser bem ariana, como a original. O Boss manda. E financia. Sempre Fi.

Nuarro Lodge. Belmoz Marine, passe a publicidade, e muitos outros locais aprazíveis e com turismo de qualidade, pontilham o norte e bem poderiam começar a fazer a diferença na vida de suas gentes, se houvesse intelecto rejuvenescido na tomada de decisão. Que falta de ambição! Quando o Botswana e a Namíbia, conseguem desviar milhares de visitantes vindos do hemisfério norte, cansados de hotéis de cinco estrelas, festivais de música de vanguarda ou conferências internacionais quid-pro-quod no país da bandeira tricolor; certamente observaram que este segmento quer algo mais terra à terra. Castiço. Não é por acaso, que vários membros da realeza europeia nos visitam regularmente, no Bazaruto, pelas mesmas razões. Os explicadores de serviço, que têm bem desenvolvido o espírito bota abaixo, ainda se vão enfileirar agora, em bico de pés, para dizer que a comparação da orla marítima de Nampula com a Namíbia e Botswana é irrealista porque não têm mar...

Mas faço-lhes a vontade. Visite-se Mombassa, no Quênia, e observe-se como o aeroporto local passou a ser um hub low-cost regional e internacional para as magníficas praias e resorts de Malindi. E como a simples presença da indústria turística até começou a influenciar o tipo de construção que já se desenvolvia na zona, alertar para questões ambientais e de desenvolvimento humano. Mas nada, que se iguale aos monstros de betão de 5 estrelas, cercados por arame farpado e cães de guarda com dentes afiados, que alguns dizem ser a solução milagrosa para pagar as dívidas da ponte construída pelos camaradas de Xi Jinping.

Por isso, quando certos discursos, mal-humorados e impotentes, me invadem a TV, na hora nobre, para me

acusarem de ser “Velho do Restelo”, não tenho como não devolver o galhardete, ainda por cima, porque a idade é prova mais do que evidente da minha razão. Querem-me convencer que Nacala e Ponta D'Ouro têm futuro, porque os manuais assim o dizem. O Clube de Amigos faz o ruído. E a Brigada dos Reumáticos, homóloga, para que estejamos já à rentabilizar um espaço com comeretes e beberetes, enquanto não se oficializa por ali mais um trinta e um da geopolítica com cheirinho a petróleo.

Porque se não forem ideias frescas, arrojadas... numa palavra, jovens, a chamar a atenção aos nossos governantes, ainda que as estatísticas patronais lhes ceguem, então fica difícil perceber de que país se está a falar. Se daquela terra, onde se proclama que a saúde, educação e até a rede eléctrica estão já presentes na centena e meia de distritos que compõem a Nação, ou da sombra do cajueiro, da ervanária e duas ou três lâmpadas acesas na casa do camarada secretário do vilarejo, que fazem as estatísticas que tanto aborrecem os representantes do Povo.

Definitivamente, este país não é mais para velhos. E nem para jovens que já nasceram velhos. Ou que pensam como velhos.

Este país tem de rejuvenescer social e politicamente. Para que não se premeie a intriga, a incompetência e a ignorância no lugar do mérito. De nada vale falar de patriotismo. Ou de comportamentos desviantes dos corruptores, se o exemplo não vier de quem fizer estas proclamações. Todo o Moçambicano deve perceber que perante os estrangeiros que nos visitam ou que conosco negociam é um “Embaixador sem Passaporte Diplomático”. E que por mais influência, regalias, dinheiro e oportunidades de ascensão social que desses contactos possam resultar; são os valores, a honestidade e a integridade que fazem o país.

E se isso lhe for tão difícil entender, então, pegue na trouxa e desapareça para sempre daqui. Porque este país já não lhe pertence. Famba!

Por Ricardo Santos

Xiconhoquices

Amadores que praticam pesca ilegal

Moçambicanos são uma espécie de humanos que precisa de ser estudada. Não fazem sentido a situação que se tem estado a verificar no sector da pesca no país. Os próprios moçambicanos são os principais promotores da pesca ilegal que tem estado a devastar os recursos marítimos do nosso belo país. Aliás, os moçambicanos que detêm empresas de pesca, além de pescarem fora de áreas e espécies que não tem autorização fazem, têm estado a fazer subdeclaração do que pescam e exportam. Todos os anos, são registados inúmeras infracções protagonizadas por empresas moçambicanas, lesando o Estado. A título de exemplo, no ano em curso foram realizadas mais de 700 inspecções em embarcações que resultaram 101 actuações de multa que no total somam 80 milhões de meticais. Este facto mostra o quão medíocre somos como cidadãos deste país.

Fraude nos exames

Não há dúvidas que o nosso sistema de ensino é uma vergonha de proporções alarmantes. E uma das situações que contribui para isso são as recorrentes fraudes nos exames nacionais. A título de exemplo, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) anulou o exame da segunda época da disciplina de Física da 12ª classe, na cidade de Maputo, devido a uma fraude. A avaliação tinha sido marcada para última segunda-feira, mas não foi realizada, porque chegou aos ouvidos da inspecção do MINEDH informações segundo as quais alunos, só na capital do país, já tinham a prova antes da sua realização. Essa situação mostra a podridão das nossas instituições de ensino, até porque não é a primeira vez que se anula um exame no nosso país. Não se pode construir um país com indivíduos que vendem e que compram exames. Que Xiconhoquice!

Biliões gastos na SIMO

Somos, definitivamente, um país em agenda. Exemplo paradigmático disso é o facto de, depois de gastar mais de 1,8 bilião de meticais nos dois anteriores softwares comprados para a Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), o Banco de Moçambique (BM) ter contratado a empresa norte-americana Euronet para a instalação de um novo sistema informático para os pagamentos electrónicos interbancários no nosso país. Ou seja, oito anos após a criação da instituição que era suposto disponibilizar um sistema electrónico de pagamentos moderno, seguro, fiável, integrado, inclusivo e de acesso universal, temos estado a assistir a um verdadeiro elefante branco que, ao invés de trazer dividendos para o país, tem estado a criar prejuízos financeiros avultados. Certamente, por detrás dessa Xiconhoquice toda, há interesses pessoais de um punhado de indivíduos ligados ao partido no poder.

Esposa e família do empresário português raptado há dois anos no centro de Moçambique insistem na busca da verdade em torno do caso

A esposa do empresário português raptado a 29 de Julho de 2016, no distrito de Maríngue, província de Sofala, Salomé Sebastião, está em Maputo, desde a semana finda, para pressionar as autoridades moçambicanas a esclarecerem o desaparecimento do seu marido, Américo Sebastião, cujo processo de investigação já foi arquivado. Ela entregou à Assembleia da República (AR) mais uma petição através da qual exige que a vítima seja devolvida ao convívio familiar. Saliente-se que Portugal avisou, ano passado, que não iria se deixar vencer pelo cansaço, uma vez que Moçambique tem pautado por um "prolongado e insólito mutismo."

Texto: Emildo Sambo

O documento – o terceiro de género a ser submetido ao Parlamento – foi igualmente entregue às bancadas parlamentares da Frelimo, da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), para que ajudem a obrigar o Governo a investigar e prestar explicações cabais em torno do caso.

Em Setembro deste ano, a presidente da AR, Verónica Macamo, afirmou que recebeu uma carta dos parentes do empresário raptado, e não uma petição, conforme se propalava.

A 26 de Outubro de 2018, a família de Américo Sebastião tomou conhecimento, por meio dos órgãos de comunicação social, de que "o processo de investigação foi arquivado, sem qualquer tipo de avanço", disse, na última sexta-feira (07), a esposa da vítima, numa conferência de imprensa na capital moçambicana.

Na data em alusão, a procuradora-chefe da República em Sofala, Carolina Azarias, anunciou o arquivamento das investigações ao desaparecimento do empresário, porque "infelizmente" não havia "pistas de quem possam ser os autores."

continua Pag. 06 →

"Embarcações de Portugal, Espanha, França, África do Sul, Maurícias, Seychelles, Namíbia pescam nas nossas águas" ministro Mondlane sobre alegado assalto chinês



O Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas esclareceu que não existe nenhum assalto chinês aos mares nacionais: "Qualquer embarcação que venha pescar tem que estar ao serviço de uma empresa nacional que está autorizada a operar em Moçambique". Agostinho Mondlane desmistificou a fobia a China, "embarcações de Portugal, Espanha, França, África do Sul, Maurícias, Seychelles, Namíbia, etc, pescam nas nossas águas", e revelou que muitos operadores moçambicanos praticam "subdeclarações tanto das capturas assim como das exportações".

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

CDM terá a sua nova e quarta fábrica em Marracuene, próximo ano

A empresa Cervejas de Moçambique (CDM) lançou na sexta-feira (07) a primeira pedra para a construção, em 12 meses, da sua nova e quarta fábrica no país. A infra-estrutura, avaliada em 180 milhões de dólares norte-americanos, será implantada numa área de 71 hectares, no distrito de Marracuene, província de Maputo, à beira da Estrada Nacional número (EN1). Raimundo Diomba, governador daquela região, apelou para que as instalações não sejam mais umas daqueles que não passaram de projecto.

Texto & Foto: Emildo Sambo

O ministro da Indústria e Comércio, Ragendra de Sousa, disse que a aposta da CDM em investir em Marracuene prova que Moçambique "é um país estável, rentável, com futuro" e no qual o "sector privado acredita. A nossa economia continua a crescer com o nosso esforço e gostaríamos de ter mais, mas não se faz milagres" para tal.

Segundo Ragendra de Sousa, se a empresa decidiu investir mais é porque está a crescer, desde que começou as suas actividades no país, em 1995.

Na altura, havia 15 milhões de habitantes e hoje o número quase duplicou, o que mostra que "há condições para investimentos e a nossa localização geográfica nos permite competir com os países vizinhos (...). "O nosso clima é favorável."

Pedro cruz, diretor-geral daque-



la, a nova fábrica será a maior e mais moderna de produção de cervejas em Moçambique. A escolha do local onde será implantada tem a ver, "essencialmente, com as melhores condições hidrográficas, com a sua estratégi-

ca localização", ou seja, "próxima à estrada que liga o país" do norte a sul. O facto facilitará o "escoamento do produto acabado e abastecimento da matéria-prima."

continua Pag. 13 →

CA PAZ

A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 05 - "Embarcações de Portugal, Espanha, França, África do Sul, Maurícias, Seychelles, Namíbia pescam nas nossas águas" ministro Mondlane sobre alegado assalto chinês

Confrontado com as notícias dando conta que seis navios arrastões regressaram a China há poucas semanas com 359 toneladas de crustáceos e de peixe e que pelo menos 114 embarcações chinesas terão sido licenciadas para entrarem na pesca industrial em Moçambique o titular do Mar, Águas Interiores e Pescas esclareceu que "Qualquer embarcação que venha pescar tem que estar ao serviço de uma empresa nacional que está autorizada a operar em Moçambique, com licença para determinada pescaria. Excepção coloca-se ao atum oceânico, pode-se licenciar empresas que tenham porto base no estrangeiro por ser uma espécie migratória".

"Fala-se em embarcações estrangeiras que estão a vir em número de 114, nós também ficamos surpreendidos com essa informação não sabemos de onde vem. A verdade é que nós temos estado a licenciar embarcações de empresas sediadas em Moçambique, é obrigatório que aqueles que queiram pescar nas nossas águas se constituam como empresas aqui em Moçambique, segundo a nossa lei. Depois solicitam pescar um ou várias espécies e nós verificamos em termos de disponibilidade de presença de embarcações para pescar por espécie se há lugar ou não" explicou o ministro Mondlane.

Falando em conferência de imprensa na passada sexta-feira(07) o governante disse que por exemplo "para a pesca do camarão desde 2015 ainda não autorizei, há



um diploma que encontrei que por uma questão de sustentabilidade veda a entrada de novas embarcações no banco de Sofala".

"A pesca ilegal começa a partir de nós próprios em Moçambique"

De acordo com o Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas todas as 492 embarcações industriais e semi-industriais a operarem no nosso país "estão licenciadas de acordo das leis das pescas e respectivos regulamentos e estão sujeitas a monitoria, no caso mar, com o sistema por satélite".

Porque a lei moçambicana, tal como a de outros países, permite que empresas nacionais fretem embarcações em qualquer que seja o lugar, Agostinho Mondlane revelou que existem "embarcações de proveniência de vários países aqui em Moçambique não só da China, temos embarcações de Portugal, Espanha, França, África do Sul, Maurícias, Seychelles, Namíbia, etc, pescam nas nossas águas".

"A pesca ilegal começa a partir de nós próprios em Mo-

çambique e depois inclui os que vem além mar", não tem dúvidas Agostinho Mondlane que afirmou que informações postas a circular em alguma imprensa e nas redes sociais é encomendada por industriais da pesca nacional "que foram actuados por sonegação das quantidades capturadas de camarão e actuamos".

"Dados mostram uma estagnação da pesca semi-industrial e industrial" em Moçambique

"Todas embarcações estão sujeitas a inspecções, no ano em curso já foram realizadas mais de 700 que resultaram

DESIGNAÇÃO	REAL 2017	ESTIMATIVA 2018	PLANO 2019	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
PESCA ARTESANAL	314.471	359.086	388.622	
Lagosta	1.058	3.321	3.507	6
Caranguejo	3.587	6.434	6.013	11
Peixe Marinho	191.469	215.255	236.145	10
Peixe de Água Doce	90.052	101.870	105.870	4
Camarão	6.295	6.395	6.792	6
Acetes	3.533	2.900	3.302	14
Cefalópodes	4.125	4.621	4.895	2
Tubarão	1.969	3.879	4.359	13
Outros	4.381	4.581	6.551	43
Fac-Aprox	1.703	4.330	4.738	9
Atum/ espécies afins	6.299	6.300	6.421	2
PESCA COMERCIAL	23.906	25.210	27.987	
Lagosta	237	130	150	15
Caranguejo	195	150	270	80
Gamba	1.934	1.800	2.064	16
Peixe	2.224	3.784	3.768	92
Camarão	4.277	3.000	3.380	13
Lagostim	143	70	100	43
Cefalópodes	357	376	400	6
Fauna Acompanhante	2.993	2.380	3.235	36
Atum Nacional	1.099	1.000	1.100	10
Atum Estrangeiro	3.478	3.200	500	-84
Kapenta	6.969	9.320	11.000	18
AQUACULTURA (ton)	2.243	3.644	5.517	
Industrial	408	744	2.468	232
Peixe de Água Doce	408	724	2.428	235
Pequena Escala	1.835	2.900	3.049	5
Peixe de Água Doce	1.835	2.900	3.049	5
Total	340.620	387.940	422.126	

Fonte: MIMAIP, 2018

101 actuações de multa que no total somam 80 milhões de meticais. São infracções diversas, nuns casos de sub-declaração das capturas, noutros casos por pescar fora das zonas autorizadas para as artes que tem", precisou o governante.

Agostinho Mondlane decla-

rou que até operadores pesqueiros industriais que estão há muito tempo em actividade fazem "subdeclarações tanto das capturas assim como das exportações. Não só dos valores dos volumes exportados como dos valores nos mercados de destino (...)há situações de exportadores que não repatriam as receitas" e por isso o sector das Pescas está a trabalhar com a Autoridade Tributária para que todos exportadores usem a Janela Única.

"No novo regulamento quem sonegar dados ou fizer falsas declarações poderá correr o risco de perder a licença de pesca porque não podemos

desenvolver no país uma indústria pesqueira de saque, queremos uma indústria pesqueira de desenvolvimento", disse o ministro na primeira conferência de imprensa que realiza desde que está a dirigir o Pelouro do Mar, Águas Interiores e Pescas.

Aliás, "os dados mostram uma

estagnação da pesca semi-industrial e industrial" o ministro Mondlane detalhou que o sector que espera pescar 394 mil toneladas de pescado diverso, tem crescido desde 2015 uma taxa média anual de 9 por cento porém a pesca semi-industrial e industrial representa apenas 2,2 por cento.

A pesca da lagosta que em 2017 foi de 237 toneladas reduziu para 130 este ano em 2019 deverá ficar-se pelas 150 toneladas. A gamba deverá chegar as 2.084 toneladas no próximo ano depois das 1.800 deste ano. O camarão que há dois registou 4.277 toneladas reduziu para 3 mil em 2018 e ficará nas 3.380 em 2019. O atum nacional deverá registar 1.100 toneladas em 2019, quantidade similar a de há dois anos, enquanto o atum estrangeiro deverá reduzir para apenas 500 toneladas contra as 3.200 desde ano e as 3.478 de 2017. Assinaláveis são os aumentos na pesca de peixe diverso, as 3.784 toneladas de 2018 deverão crescer para 5.768 em 2019, e do caranguejo que 150 toneladas deste ano poderá atingir as 270 no próximo ano.

O governante revelou ainda que tendo em vista a preservação da espécies de pesca-do selvagens um novo regulamento entrará em breve em vigor que "vai impor que quem vai a pesca de espécies nativas também tem que desenvolver o potencial de produzir em aquacultura tanto no mar como nas águas interiores". Actualmente a aquacultura contribuiu com 1 por cento de toda a pesca que se faz em Moçambique.

→ continuação Pag. 05 - Esposa e família do empresário português raptado há dois anos no centro de Moçambique insistem na busca da verdade em torno do caso

Ela esclareceu, contudo, que a suspensão da investigação não era definitiva, pois o caso poderia ser retomado assim que surgirem novos elementos com vista à responsabilização dos verdadeiros autores do crime.

Na sequência, Salomé Sebastião mostrou-se completamente "surpresa" com a decisão, porquanto "não estava à espera."

Américo Sebastião foi raptado numa bomba de abastecimento de combustíveis em Nhamapadza, supostamente por indivíduos trajados de farda militar. Nesse ano, a região era palco do conflito político-militar entre o Governo e a Renamo.

Volvidos mais de dois anos, o caso continua sem esclarecimento: não se sabe se a vítima goza ou não de boa saúde ou aconteceu-lhe o pior.

Desde então, "não houve qualquer comunicação com a família" e os seus raptores, "nunca exigiram resgate", assegurou Salomé Sebastião.

A fonte disse que, na tentativa de esclarecer o assunto, as autoridades portuguesas ofereceram-se para ajudar o Governo de Moçambique mas este "nunca aceitou."

Salomé garante que ela e a família vão continuar de pedra e cal até que haja

esclarecimento do desaparecimento do seu cônjuge.

Aliás, prosseguiu, o Parlamento à única entidade à qual compete, constitucionalmente, "definir a política de defesa e segurança, ouvido o Conselho Nacional de Defesa e Segurança", por isso, deve fazer valer o seu papel.

"Há um cidadão que está desaparecido e é preciso encontrar mecanismos para o fazer regressar à casa", disse Salomé, reiterando que se Moçambique não aceita ajuda internacional é porque "pode resolver esta questão e compreende que há capacidade" para o efeito.

Em 2017, o Governo português "espremeu" a contraparte moçambicana exigindo explicações sobre o sumiço do seu concidadão. Porém, não teve resposta satisfatória, facto que originou crispação entre os dois países.

Para além de Portugal ter acusado Moçambique de estar a ignorar as insistentes démarches da embaixadora de Portugal em Maputo, com vista a obter possíveis novos desenvolvimentos em torno do caso, considerou que o Governo do Presidente Filipe Nyusi estava a pautar por "um blackout quase absoluto." E avisou que não iria se deixar vencer pelo cansaço, o mesmo que a família da vítima tem vindo a prometer.

Mais de 200 mil promoções, progressões e mudanças de carreira num ano em Moçambique

Desde que o Presidente Filipe Nyusi anunciou o levantamento da suspensão de actos administrativos no Estado, em Dezembro de 2017, mais de 200 mil trabalhadores foram promovidos, progrediram ou mudaram de carreira na Função Pública moçambicana. Mas o ministro da Economia e Finanças revelou que a mobilidade dos funcionários públicos "está a ter alguns problemas".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Gabinete PM

"Os actos administrativos estão a funcionar, temos números encorajadores, este ano conseguimos 78.272 promoção, 62.938 progressões e 87.359 mudanças de carreira. No próximo ano está alocado 1,8 (bilhão de meticais) e acreditamos que o ritmo vai-se regularizando", revelou o ministro da Economia e Finanças, nesta quarta-feira (05), na Assembleia da República durante a argumentação das propostas de Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado para 2019.

Suspensos desde o início da crise, precipitada pelas dívidas ilegais, estes actos administrativos reiniciaram em finais de 2017.

Adriano Maleiane tornou ainda público que dentro da estratégia de mobilidade na Função Pública, como forma de integrar os funcionários excenditários em determinadas instituições, "já foi possível transferir 679 funcionários".

A estratégia de mobilidade na Função Pública tem em vista não despedir os excenditários dentro os mais de 300 mil funcionários que engordam a folha salarial do Estado que em 2019 custará 104,6 bilhões de meticais, que representam 10,2 por cento do Produto Interno Bruto, muito acima da média da região



Austral que está nos 6,6 por cento do PIB.

No entanto o titular da Economia e Finanças admitiu que: "a mobilidade está a ter alguns problemas. É que há diferenciação de salários, principalmente em termos de bónus e subsídios que não estão uniformes. Temos que garantir que a pessoa que for de uma instituição para outra pelo menos carregue o que tem lá".

"Por causa disso o Governo criou uma equipa que é para estudar a pirâmide salarial, porque no salário base estamos bem mas todos os subsídios que são colocados criam uma distorção e depois ficamos com o problema de saber o que é que cada um ganha".

Uma pessoa morre e outras três ferem-se num acidente de viação em Inhambane

Um funcionário da Universidade Pedagógica (UP) morreu e outras três, das quais duas mulheres, ficaram gravemente feridos em consequência de um acidente de viação ocorrido no último domingo (09), no distrito de Jangamo, província de Inhambane.

Texto: Redacção

O sinistro aconteceu no posto administrativo de Cumbana e deveu-se, supostamente ao excesso de velocidade.

As vítimas estavam a caminho de Maputo, idos da província de Manica, onde participaram numa copa organizada pelo estabelecimento de ensino superior a que estão afectas.

Os sobreviventes foram socorridos para o Hospital Provincial de Inhambane (HPI), onde o médico David Abrão disse que eles sofreram várias lesões, tais como: "laceração no abdómen, trauma craniano, contusão torácica e fratura na clavícula."

O malgrado respondia pelo nome de Jacinto Ngula. Ele era presidente do Clube Desportivo da UP e docente da Faculdade de Educação Física e Desportos da mesma instituição, apurou o @Verdade.

Todos faziam-se transportar num minibus da UP. Os sobreviventes contaram que não sabiam qual foi a causa do acidente, mas, a dado momento da viagem, o condutor perdeu o controlo do volante e embateu violentamente num coqueiro.

Após gastar 1,8 bilião Governador do Banco de Moçambique reza pelo novo software da SIMO... que só deverá funcionar em 2020



Depois de gastar mais de 1,8 bilião de meticais nos dois anteriores softwares comprados para a Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) o Banco de Moçambique (BM) contratou nesta segunda-feira (10) a empresa norte-americana Euronet para a instalação de um novo sistema informático para os pagamentos electrónicos interbancários no nosso país. "Rezamos para que a sua implementação seja rigorosa" disse apenas o Governador do banco central. O @Verdade sabe que a implementação plena da nova plataforma só acontecerá depois de 2020.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Aeroporto de Mavalane continua a servir traficantes da caça ilegal

Um cidadão vietnamita, proveniente de um voo que partiu do Aeroporto de Mavalane, na capital moçambicana, foi detido no passado sábado (08) na Turquia na posse de 34 quilogramas de cornos de rinocerontes.

Texto: Redacção • Foto: Daily Sabah

Os 12 cornos de diferentes tamanhos foram descobertos pelas autoridades turcas no Aeroporto de Atatürk na bagagem de um passageiro que embarcou em Maputo com destino ao Aeroporto de Ho Chi Minh no Vietname.

Embora as apreensões de traficantes dos troféus da caça furtiva tenha aumentado nos aeroportos moçambicanos esta detenção mostra que a principal porta de entrada e saída do nosso país continua a ser usada pelos traficantes.



Os cornos apreendidos foram avaliados pelas

autoridades turcas em 2,2 milhões de dólares norte-americanos, segundo o diário Sabah.

Embora o rinoceronte esteja oficialmente extinto em Moçambique os caçadores ilegais servem-se das porosas fronteiras terrestres para assassinar os animais que ainda existem na África do Sul e pela mesma rota passam os troféus para os traficantes que deixam o nosso continente pelo Aeroporto internacional de Mavalane.



→ continuação Pag. 07 - Após gastar 1,8 bilião Governador do Banco de Moçambique reza pelo novo software da SIMO... que só deverá funcionar em 2020

Oito anos após a criação da instituição que é suposto disponibilizar “um sistema electrónico de pagamentos moderno, seguro, fiável, integrado, inclusivo e de acesso universal que permitisse massificar a utilização de meios de pagamentos electrónicos a nível nacional”, e 25 dias após o apagão da SIMO rede em Moçambique o principal acionista da Sociedade Interbancária de Moçambique rubricou um acordo com uma empresa norte-americana, fundada em 1994 na Hungria, para a compra da licença do seu software que deverá substituir o que que actualmente está em reuso e é fornecido pela portuguesa BizFirst.

“A nossa solução disponibilizada pela Euronet consiste num licenciamento perpétuo que responde as necessidades actuais do mercado, oferece serviços hoje disponibilizados pela SIMO rede e ainda novas funcionalidades apresentadas a vantagem de estar certificada e responder as exigências dos diferentes sistemas de pagamentos internacionais” afirmou Luísa Samuel Nabel, directora do gabinete de assessoria jurídica do BM.



A representante do banco central disse ainda ser “nossa convicção que hoje inicia uma nova

caminhada rumo a unificação de todas as plataformas de pagamentos electrónicos em Moçambique, objectivo que só será possível alcançar com o profundo envolvimento de todas as instituições de crédito e sociedades financeiras da SIMO e da nossa parceira a empresa Euronet”.

Após testemunhar a assinatura do contrato o Governador Rogério Zandamela, acompanhado pelos Administradores, quadros seniores do BM, gestores da SIMO e o presidente da Associação Moçambicana de Bancos, fez um brinde e apenas afirmou: “Rezamos para que a sua implementação seja rigorosa e esteja em linha não só com a letra mas também com o espírito do contrato que ambas partes acabaram de assinar”.



Migrar da BizFirst para o sistema informático da Euronet é trabalho para mais de 12 meses

O @Verdade não sabe se o Governador do banco central é religioso mas Zandamela, que foi desautorizado pelo Governo na sua pretensão de não voltar a usar o software da empresa BizFirst, bem pode rezar a todas as confissões religiosas existentes em Moçambique, e no planeta, mas terá de conviver com a plataforma portuguesa durante pelo menos os próximos 12 meses, senão outros tantos.

É que só depois da assinatura dos contratos, em Maputo, e do mais do que provável primeiro pagamento à empresa norte-americana é que os engenheiros informáticos da Euronet irão começar a lidar com a solução para Moçambique.

O @Verdade apurou, junto de en-

genheiros informáticos com experiência no ramo, que ultrapassadas as formalidades burocráticas não se trata apenas de instalar um novo software e depois ligar às plataformas que cada um dos bancos comerciais possui.

Instalado o novo sistema informático na SIMO, que muito provavelmente será acompanhado por hardware novo, os engenheiros iniciarão o desenvolvimento de sistemas específicos para cada um dos 11 bancos comerciais que estão neste momento conectados à rede e depois vão desenvolver outros softwares para cada um dos vários serviços de pagamentos electrónicos existentes.

Posteriormente será necessário efectuar um processo de ligação aos pelo menos três provedores globais de cartões de crédito dentre outros procedimentos que requerem não só o envolvimento dos engenheiros da SIMO e da Euronet mas também de cada uma das instituições cujos sistemas e serviços precisam de ser conectados. As fontes ouvidas pelo @Verdade afirmam que cada um destes procedimentos demora pelo menos 2 semanas.

Os entrevistados do @Verdade recordam que aquando da entrada de um dos bancos comerciais,

de Moçambique reportou nas suas contas: “O aumento destes investimentos deve-se à participação na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) no valor de 156.689 milhares de meticais.”

Nessa altura a SIMO adquiriu o software a uma empresa portuguesa que no seu sítio na internet clama: “Entre 2010 a 2015 a SIBS em parceria com o processador interbancário local, implementou várias soluções que são o pilar do sistema de pagamentos Moçambicano.”

Esse alegado “pilar do sistema de pagamentos Moçambicano” que revelou-se ineficaz tendo no seu auge apenas conseguido conectar 5 mil cartões, pouco mais de duas dezenas de POS’s e uma dezena de ATM custou mais 156.689 milhares de meticais em 2012 e outros tantos em 2013 e 2014 num total de 625.568.000 de meticais, cerca de 20,8 milhões de dólares ao câmbio da altura.

Fontes ouvidas pelo @Verdade na explicaram que esse montante terá coberto não apenas os custos do sistema informático mas também equipamentos informáticos para a SIMO.

Em 2015, ano em que a Sociedade Interbancária de Moçambique iniciou a aquisição da InterBancos, na expectativa de comprar também o software que operava a rede na altura denominada Ponto 24, o BM inscreveu no seu Relatório e Contas 273.593.000 de meticais, quantia idêntica foi reportada em 2016. No ano passado, para consumir a aquisição da InterBancos, o Banco de Moçambique pagou mais 645.410.000 de meticais.



No entanto neste negócio com a InterBancos os bancos comerciais, que ficaram com a aura de salvadores dos moçambicanos por se haveram juntado para pagar a chantagem da BizFirst, eram os proprietários da empresa que o Banco de Moçambique adquiriu por mais de 1,1 bilião de meticais.

O @Verdade apurou que o maior beneficiário dessa negociata, que apenas serviu para drenar dinheiro dos moçambicanos, foi o Banco Comercial e de Investimentos que na altura detinha 57 por cento da InterBancos.

Paradoxalmente nenhum dos antigos responsável do Banco de Moçambique ou da SIMO envolvidos nas negociatas foi responsabilizado.

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda é apresentado de seguida:

31.12.2013	Valor Nominal	Valor de Balanço Justo Valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	4.500.000	4.500.000	4.500.000	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	4.695.045	4.695.045	5.484.045	36.653	-
Ações					
ao justo valor					
Afrimobank		74.964	11.574	63.390	-
ao custo					
Kuhaha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões		15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique		156.409	156.409	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL		-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda		10.207.351	10.167.042	100.043	(534)

31.12.2012	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	4.500.000	4.500.000	4.500.000	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	4.695.045	4.695.045	5.484.045	301.047	-
Ações					
ao justo valor					
Afrimobank (0,59%)		90.056	11.574	78.482	-
ao custo					
Kuhaha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)		15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)		156.293	156.293	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)		-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda		10.796.441	10.167.446	429.529	(534)

31.12.2013	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	13.905.047	13.905.047	13.905.047	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	4.695.045	4.695.045	5.484.045	432.117	-
Ações					
ao justo valor					
Afrimobank (0,59%)		108.020	11.574	96.446	-
ao custo					
Kuhaha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)		15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)		156.293	156.293	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)		-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda		20.800.322	19.672.499	728.563	(534)

31.12.2014	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	17.616.538	17.616.538	17.616.538	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	4.695.045	4.695.045	5.484.045	1.377.704	-
Ações					
ao justo valor					
Afrimobank (0,59%)	-	146.215	11.574	134.641	-
ao custo					
Kuhaha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	156.293	156.293	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda		17.616.538	24.795.875	23.283.584	1.512.425

31.12.2015	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	30.115.392	30.115.392	30.115.392	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	4.695.045	4.695.045	5.484.045	3.790.806	-
Ações					
ao justo valor					
Afrimobank (0,59%)	-	126.135	11.574	114.561	-
ao custo					
Kuhaha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	273.593	273.593	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda		30.115.392	39.804.972	35.900.138	3.905.367

31.12.2016	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	25.057.696	25.057.696	25.057.696	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	4.695.045	4.695.045	5.484.045	14.343.659	13.173
Ações					
ao justo valor					
Afrimobank (0,59%)	-	306.943	11.574	295.369	-
ao custo					
Kuhaha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	273.593	273.593	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda		39.441.856	40.012.084	39.792.056	310.562

31.12.2017	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	61.144.310	61.144.310	61.144.310	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	4.695.045	4.695.045	5.484.045	11.208.199	-
Ações					
ao justo valor					
Afrimobank (0,59%)	-	272.980	11.574	261.406	-
ao custo					
Kuhaha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	645.410	645.410	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda		61.144.310	87.629.558	76.562.487	11.409.605

Moçambicanos e malawiano surpreendidos na posse de ossadas e crânio humanos em Tete

Três cidadãos, dos quais dois moçambicano e um malawiano, encontram-se detidos na província de Tete, acusados de tráfico de órgãos humanos, após terem sido surpreendidos na posse de 16 ossos e um crânio humanos.

Texto: Redacção

Fonte do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM) em Tete disse ao @Verdade que o caso é conhecimento da Procuradoria Provincial de Tete.

A privação dos suspeitos já foi legalizada mas ainda é desconhecida a origem das ossadas e do crânio humanos. "Uma investigação está em curso com vista a apurar se os indiciados cometeram homicídio ou profanaram algum túmulo", ajuntou o nosso interlocutor.

O @Verdade sabe ainda que o caso foi denunciado por um membro da Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique (AMETRAMO), após ter sido solicitado pelos acusados para um trabalhos cujos detalhes não nos foram revelados.

Prémio Nobel da Paz quer Fundo Mundial para vítimas de violação sexual

O vencedor do Prémio Nobel da Paz deste ano, Denis Mukwege, da República Democrática do Congo (RDC), lançou um apelo para a criação de um Fundo Mundial para a reparação das vítimas de violação sexual no Mundo.

Texto: Agências

Cirurgião-ginecologista que operou, há oito anos, pelo menos 50 mil mulheres no hospital de Panzi, Mukwege falava no ato de recepção da sua distinção segunda-feira, em Oslo, na Noruega.

O Prémio, acompanhado de uma recompensa financeira de 867 mil euros, é partilhado por Mukwege com a jovem mulher Nadi Murad Yazidie, uma Curda iraquiana que foi, durante dois anos, escrava sexual de jihadistas e que se tornou militante da defesa das mulheres violadas.

No seu discurso comovente, que fez chorar várias mulheres na assistência, Denis Mukwege denunciou a indiferença geral face às atrocidades cometidas em Kivu, na RD Congo.

Governo pondera aumentar ainda mais custo para pescar em Moçambique



O ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas anunciou que o Governo pondera rever em alta as taxas de direitos de pesca, introduzidos em 2017. "Vamos continuar a ajustar de modo a que atinjamos a meta mínima de 5 por cento do royalties sobre o valor comercial das capturas feitas anualmente" afirmou Agostinho Mondlane. O @Verdade apurou que essas taxas, somadas a revisão das licenças que vigoravam há 13 anos, aumentaram 171 por cento as receitas do sector em menos de um ano. Os armadores e empresários do sector reclamam em surdina.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

União Europeia garante apoio à DDR dos homens da Renamo e à realização das eleições de 2019

A União Europeia (UE) assegurou, na terça-feira (11), em Maputo, o apoio financeiro ao Desarmamento, à Desmobilização e à Reintegração (DDR) dos homens residuais da Renamo, processo que segundo o "Memorando de Entendimento Sobre Assuntos Militares", assinado pelo Governo e pela Renamo, deverá levar 210 dias (sete meses), contados a partir de 06 de Outubro passado, data em que o Presidente da República, Filipe Nyusi, anunciou o seu início.

Texto: Emildo Sambo

A UE faz parte do grupo de contacto para o processo de paz em Moçambique. Após ser recebido pela presidente da Assembleia da República (AR), Verónica Macamo, o embaixador daquela organismo acreditado no país, António Sanches-Benedito Gaspar, disse à imprensa que está a mobilizar 50 milhões de euros para fazer face ao DDR.

Contudo, na semana finda, Filipe Nyusi, mostrou-se agastado com a demora da Renamo em apresentar a lista completa dos seus oficiais para efeitos de desmilitarização, desmobilização e reintegração.

Na sequência, ele apelou àquela formação política para apresentar ao Governo, com urgência possível, a lista em questão.

Os apelos do Chefe do Estado surge dias depois de, em finais de Novembro passado, o porta-voz da Renamo, José Manteigas, ter dito à imprensa, à margem do Conselho Nacional, em Gorongosa, que apenas 14 oficiais fo-

ram integrados nos ramos de Defesa e Segurança, há algum tempo. Depois disso, não houve mais nada (...).

O político falava num tom de reclamação, que sugeria que o Executivo estaria a ser lento na satisfação das exigências da "perdiz" relativamente à matéria em alusão.

Nyusi disse, a partir da província de Nampula, onde orientava uma cerimónia de graduação de estudantes finalistas na Academia Militar Marechal Samora Machel, que iria dar instruções ao Ministério da Defesa Nacional (MDN) para preencher provisoriamente as vagas livres, que já deviam ter sido ocupadas pelos oficiais da Renamo. "Isso vai acontecer enquanto esperamos pela lista definitiva" deste partido.

Após o encontro que durou pelo menos uma hora, com o embaixador da UE, Verónica Macamo considerou que o apoio desta organização à DDR "é muito porque não é possível"

pretender desmobilizar pessoas sem pensar no futuro das mesmas e como serão reintegradas na sociedade.

António Gaspar, declarou que o encontro serviu para discutir vários assuntos, dos quais a forma de a sua instituição "ser mais eficaz" no apoio ao Parlamento moçambicano na governação e consolidação do sistema democrático.

O encontro serviu igualmente para falar das eleições autárquicas que tiveram lugar no dia 10 de Outubro e das gerais marcadas para 15 de Outubro de 2019.

"Na Europa, também teremos eleições em Maio" próximo, por isso, a discussão estendeu às formas como "podemos trocar experiências" em tornos desses processos eleitorais.

A UE vai ainda mobilizar fundos no sentido de apoiar as acções de capacitação e aprovação da legislação que for necessária no contexto das eleições gerais.



Mulher encontrada sem vida no fundo de uma mala na Matola

Uma mulher de pouca idade foi encontrada morta no interior de uma mala de madeira numa casa que arrendava no bairro Acordos de Lusaka, na cidade da Matola. As autoridades policiais suspeitam do namorado da vítima, ora em lugar desconhecido, e estão no seu encalço.

Texto: Redacção

A malograda, de 36 anos de idade, foi vista pela última vez, com vida, pelos vizinhos, na quinta-feira da semana passada, apurou o @Verdade. Porém, ninguém sabe ao certo em que dia o homicídio aconteceu.

Ninguém ouviu gritos nem movimentos estranhos na habitação da mulher em causa. Contudo, uma pessoa próxima a ela disse que o casal não vivia uma relação saudável.

Depois do assassinato, o cadáver foi atirado no fundo de uma mala e coberto com roupa. O cheiro nauseabundo do corpo em decomposição progressiva infestou a zona, mas ninguém sabia qual era a causa nem de que lado se fazia sentir.

A vizinhança começou a fazer buscas intensas por uma coisa que causava um odor forte pelo bairro, até que um dos vizinhos lembrou que a mulher ora morta não dava nas vistas há dias.

As buscas pela residência revelam o pior e o companheiro sumiu com quase todos os pertences da vítima. Comunicada a Polícia da República de Moçambique (PRM), na Matola, fez o trabalho que lhe compete e agora trabalha para localizar o suspeito.

Zambézia e Sofala com maior volume de madeira comercial em Moçambique

O Inventário Florestal Nacional deste ano revela que as províncias da Zambézia e Sofala continuam a ser as que têm maior volume de árvores das espécies comerciais que já alcançaram o volume comercial de madeira em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

O documento, a que o @Verdade teve acesso, indica que na Zambézia existem 24,29 metros cúbicos de madeira por hectare que permitem um corte

continua Pag. 12 →



TV Cabo condenada por fuga ao fisco em Moçambique

A TV Cabo Moçambique Limitada perdeu o segundo recurso que tentou ao Tribunal Administrativo, relativamente a uma condenação por fuga ao fisco, e terá de pagar pouco mais de 2,4 milhões de meticais ao erário nacional.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 12 →

“Memorando Sobre Assuntos Militares” entre o Governo e a Renamo começa a emperrar e já há acusações de desrespeito ao acordo

O maior partido da oposição em Moçambique, a Renamo, está arrepiado por conta da nomeação interina de três oficiais gerais seus pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), para as funções de directores dos departamentos de Operações, de Informações Militares e de Comunicações. Diz que o acto constituiu uma violação “do espírito e da letra” do “Memorando de Entendimento Sobre Assuntos Militares”, assinado com o Governo a 06 de Agosto deste ano.

Texto & Foto: Emildo Sambo

O ministro da Defesa Nacional, Atanásio M'tumuke, mandou veicular, na terça-feira (11), um comunicado cujos indicados para os departamentos acima referidos eram o Brigadeiro Xavier António, o Comodoro Inácio Luís Vaz e o Brigadeiro Araújo Andeiro Maciacona.

Em menos de 24 horas, a Renamo chamou a imprensa para reagir dizendo que o memorando rubricado pelo seu coordenador interino, Ossufo Momade, e o Presidente da República, Filipe Nyusi, “não prevê nomeações provisórias”, mas sim, definitivas.

Os três oficiais ora nomeados, segundo o porta-voz daquele partido, José Manteigas, fazem parte de uma lista de “14 oficiais superiores e generais para dirigirem três departamentos do Estado-Maior Geral, uma brigada, dois batalhões



independentes, quatro repartições do Exército, dois Estados-Maiores de Brigadas e dois batalhões independentes.”

O que o ministro da Defesa Nacional fez, por instruções do Chefe do Estado, não passa de uma “solu-

ção paliativa e temporária” encontrada unilateralmente pelo Executivo, disse o deputado parlamentar e político.

Na óptica do seu partido, a posição tomada por Atanásio M'tumuke pode culmi-

continua Pag. 12 →



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 11 - TV Cabo condenada por fuga ao fisco em Moçambique

No exercício fiscal de 2002 a empresa de televisão por cabo, onde o Estado moçambicano é accionista com 50 por cento através das Telecomunicações de Moçambique, declarou nas suas contas ter pago 11.247.836.230 meticais da antiga família a empresas estrangeiras, sediadas em Portugal, a título de assistência técnica à gestão que não estariam sujeitos a imposto e ao abrigo da Convenção existente entre o nosso país e o aquele país europeu para evitar a dupla tributação.

No entanto o entendimento do fisco moçambicano não foi esse e, através da Repartição Especial de Maputo, a TV Cabo Moçambique foi notificada a pagar 1.124.783.623 meticais da antiga família a título de Contribuição Industrial – Taxa Liberatória, devida pelo pagamento de royalties a entidades residentes em Portugal.

O @Verdade apurou que a empresa de televisão por cabo, que é também detida pelo o grupo português Visa-



beira, não concordando com o fisco moçambicano recorreu da decisão contudo viu o Juiz da 1ª Instância do Contencioso das Contribuições e Impostos da Repartição de Finanças de Maputo negar-lhe provimento pois entendeu que, ao abrigo da Convenção entre a República de

Moçambique e a República Portuguesa, para evitar a dupla tributação em sede de impostos sobre o rendimento, “deveria a TV Cabo Moçambique ter pago o valor de 1.224.783.623 meticais (da antiga família), por falta de retenção na fonte das royalties pagas a entidades

residentes em Portugal e, ainda, o pagamento de multa no montante igual ao do imposto”.

Inconformada com a decisão a TV Cabo Moçambique recorreu, em 2011, ao Tribunal Administrativo (TA) argumentando a sua discordância no tocante à base para a fixação da matéria colectável, que deu origem ao Processo Fiscal 120/2003. Porém a 2ª Secção do TA confirmou o despacho proferido pelo Juiz da 1ª Instância do Contencioso das Contribuições e Impostos da Repartição de Finanças Especial de Maputo.

“Assistência técnica consiste no fornecimento de know-how e não consubstancia lucros das empresas”

A empresa de televisão por cabo recorreu novamente, para o Plenário dos Juizes Conselheiros do Tribunal Administrativo, que através do Acórdão nº47/2018, a que o @Verdade teve acesso, decidiu “em negar provimento ao recurso interposto pela

TV Cabo Moçambique” e reconfirmaram o despacho do Juiz da 1ª Instância.

“Relativamente ao facto de a apelante contestar a natureza dos rendimentos que serviram de base para a fixação da matéria colectável, pela Autoridade Tributária, alegadamente por aqueles rendimentos não estarem sujeitos à tributação por retenção na fonte (por não se tratar-se royalties), o argumento não procede, uma vez que se extrai do conceito de royalties, constante do nº 3 do artigo 12 da Convenção, parte final, que os pagamentos feitos a título de remuneração por assessoria consubstanciam royalties. Com efeito, a assistência técnica consiste no fornecimento de know-how e não consubstancia lucros das empresas”, pode-se ler no Acórdão nº47/2018.

O @Verdade contactou a empresa para ouvir o seu posicionamento relativamente a esta terceira condenação mas a direcção da TV Cabo Moçambique abdicou do seu direito ao contraditório.

Standard Bank incentiva aspirantes a empreendedores

A Incubadora de Negócios do Standard Bank acolheu, recentemente, a 3ª edição do #ideate Bootcamp, que contou com a participação de 43 jovens empreendedores e que tinha por objectivo estimular o empreendedorismo e desenvolvimento de ideias inovadoras.

Texto e Foto: www.fimde semana.co.mz

A presente edição do #ideate Bootcamp, é organizado pela Incubadora de Negócios do Standard Bank e implementado pela IdeiaLab.

Sasha Vieira, responsável pela Incubadora de Negócios do Standard Bank, intervindo à margem da formação, explicou que a motivação do banco para apoiar a realização da formação “tem em vista estimular a criação de startups que vão resolver os problemas que existem no País, de forma sustentável”.

De acordo com a responsável pela incubadora de negócios, o #ideate Bootcamp pretende apoiar os jovens aspirantes a empreendedores a aprenderem com metodologias internacionais, como é o caso do Business Model Canvas e outras competências a desenvolverem as suas ideias de negócio.

A capacitação foi composta por diferentes etapas, nomeadamente a validação das ideias de negócio, partilha de problemas, criação de protótipos, incluindo interacção com empreendedores já estabelecidos, com particular destaque para Helena Gafurini Vali, directora da Moz Innovation Lab, que partilhou o seu percurso e incentivou os jovens empreendedores a aposta-



rem no empreendedorismo social, como veículo catalisador dos seus negócios.

Nácira Armando, participante da terceira edição do #ideate Bootcamp, disse que o depoimento de Helena Gafurini Vali conjuga com a sua startup e espera poder desenvolver cada vez mais a ideia de negócio, para posterior estabelecimento de parcerias no ramo do empreendedorismo social, no País.

Armando Maguele, igualmente participante, louvou a iniciativa organizada pela incubadora de negócios do Standard Bank, porque na sua óptica “já não tenho desculpas para não procurar financiadores e lugares, para expor a minha startup e usufruir da rede de contactos oferecida pela incu-

badora de negócios”.

Por sua vez, Adelina Nhanala, Action Catalyst da IdeiaLab e Coordenadora do #Ideate Bootcamp, realçou que “é inspirador para nós, como formadores, testemunhar a transformação que eles têm em apenas três dias. O facto de eles irem para a rua validar os seus desafios, mostra-lhes a importância de perceber e entrar em contacto com a comunidade e desenvolverem negócios que resolvam os desafios do dia-a-dia”.

A cada edição, os empreendedores apresentam ideias novas e com grande potencial e pelo facto de os participantes terem negócios em diferentes áreas possibilita uma troca de experiências e parcerias entre eles.

→ continuação Pag. 11 - “Memorando Sobre Assuntos Militares” entre o Governo e a Renamo começa a emperrar e já há acusações de desrespeito ao acordo

nar com uma “paz e reconciliação precárias, o que pode ditar a continuação da instabilidade no nosso país”.

A Renamo apela ao Governo e ao Presidente da República para “cumprirem escrupulosamente” o “Memorando de Entendimento Sobre Assuntos Militares”, e “reverter com urgência as nomeações interinas em efectivas”, afirmou José Manteigas, reiterando que eles devem “ser fiéis à sua palavra.”

Na semana finda, Filipe Nyusi, mostrou-se arreliado com a alegada demora da “perdiz” em apresentar a lista completa dos seus homens residuais para efeitos de desmilitarização, desmobilização e reintegração. Apelou à urgência nessa matéria.

Na ocasião, o Chefe do Estado disse que iria dar instruções ao MDN para preencher interinamente as vagas livres, que já deviam ter sido ocupadas pelos oficiais da Renamo. “Isso vai acontecer enquanto esperamos pela lista definitiva” deste partido.

O @Verdade perguntou a José Manteigas de que lista se está a falar, afinal, tendo respondido que apenas Nyusi poderia esclarecer o assunto, porque desde que o Governo recebeu a lista dos 14 oficiais superiores e generais, as nomeações não conheceram avanços.

Neste contexto, não se pode esperar que gaja apresentação “da lista dos homens residuais da Renamo, enquanto a outra lista não andou (...)”, declarou Manteigas.

Refira-se que o processo de Desarmamento, Desmobilização e à Reintegração (DDR) deverá durar 210 dias (sete meses), segundo o cronograma apresentado pelo Governo.

→ continuação Pag. 11 - Zambézia e Sofala com maior volume de madeira comercial em Moçambique

anual de 948.526 metros cúbicos.

Em Sofala existem 20,93 metros cúbicos de madeira por hectare possibilitando um corte anual de 270.425 metros cúbicos de madeira.

Tabela 11: Volume comercial disponível a corte anual adicional por província para todos os tipos comerciais				
Província	VCD (m³/ha) (R2)	VCD (m³) (R2)	CCA (m³/ha) (R2)	CCA (m³) (R2)
Maputo	2,87 (2,39 - 3,34)	131 588 (107 537 - 155 642)	6 973 (5 797 - 8 149)	326 644 (270 425 - 382 863)
Gaza	1,82 (1,75 - 1,89)	85 938 (81 938 - 89 938)	38 534 (36 534 - 40 534)	175 520 (165 520 - 185 520)
Matutius	2,46 (2,39 - 2,53)	117 146 (113 146 - 121 146)	98 637 (94 637 - 102 637)	450 425 (430 425 - 470 425)
Sofala	20,93 (18,93 - 22,93)	18 928 713 (16 928 713 - 20 928 713)	210 425 (190 425 - 230 425)	210 425 (190 425 - 230 425)
Manica	10,83 (9,83 - 11,83)	10 406 222 (9 406 222 - 11 406 222)	120 425 (100 425 - 140 425)	120 425 (100 425 - 140 425)
Zambézia	34,29 (31,29 - 37,29)	43 239 089 (39 239 089 - 47 239 089)	448 526 (408 526 - 488 526)	448 526 (408 526 - 488 526)
Tete	5,70 (5,44 - 5,96)	8 049 378 (7 449 378 - 8 649 378)	120 425 (100 425 - 140 425)	120 425 (100 425 - 140 425)
Nampula	9,46 (8,46 - 10,46)	7 917 614 (6 917 614 - 8 917 614)	117 944 (107 944 - 127 944)	117 944 (107 944 - 127 944)
Cabo	4,87 (4,54 - 5,20)	11 522 507 (10 522 507 - 12 522 507)	302 844 (282 844 - 322 844)	302 844 (282 844 - 322 844)
Delgado	4,88 (4,54 - 5,22)	11 568 006 (10 568 006 - 12 568 006)	175 520 (155 520 - 195 520)	175 520 (155 520 - 195 520)

Já a província de Cabo Delgado, apesar do seu menor volume comercial de madeira disponível por unidade de área, é a terceira com maior disponibilidade de corte anula, 202.844 metros cúbicos, como resultado da sua vasta área produtiva.

A província de Gaza é aquela que tem o pior volume de madeira comercial disponível por hectare, apenas 1,02, no entanto Maputo é província com a menor disponibilidade de árvores que podem ser cortadas, apenas 1.972 metros cúbicos por ano.

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Vitória Diogo recebe novo representante da OIT na União Africana

A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Dias Diogo, recebeu, na sexta-feira, 7 de Dezembro, na capital do País, em audiência, o director da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para Moçambique, Malawi e Zâmbia, Alexio Musindo, recentemente indicado pelo director geral da OIT, para exercer as funções de representante junto do Secretariado da União Africana, em Addis Abeba, Etiópia.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Durante o encontro, os dois dirigentes passaram em revista as acções de cooperação nos últimos anos e os desafios presentes e futuros no mercado de trabalho.

Durante os três anos em que este quadro da OIT dirigiu os destinos da Organização junto dos três países, as acções de cooperação entre esta instituição e Moçambique conheceram um grande impulso, sendo de destacar a assistência prestada ao Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social na formulação da Política de Emprego, Plano de Acção para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil, Lista dos Trabalho considerados perigosos para as crianças, reabilitação do Centro de Emprego da Cidade de Maputo e formação dos quadros nacionais em matérias laborais.

De referir que a OIT foi fundada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial e é actualmente composta por 183 Estados membros e a mesmo tem como objetivo promover a justiça social no domínio laboral, sendo Moçambique membro da mesma desde 1976.

Lançado Guião da Acção Inspeciva

Entretanto, quinta-feira, 6 de Dezembro, foi lançado, em Maputo, o Guião da Acção Inspeciva na construção civil e mineração, que uniformiza, simplifica e facilita os procedimentos relativos à actuação do Inspector do Trabalho durante o exercício das suas funções.

O acto ocorreu no decurso do III Conselho Consultivo da Inspecção Geral do Trabalho, que reuniu os quadros da Inspecção-geral do Trabalho ao nível central e inspectores chefes provinciais.

Na ocasião, foi igualmente, celebrado um acordo de parceria entre a Autoridade para as Condições de Trabalho de Portugal e a Inspecção Geral do Trabalho (IGT) do nosso País, orientado para a promoção da melhoria da capacidade de intervenção dos inspectores, a formação e capacitação de inspectores e técnicos da IGT, para além da troca de experiências e boas práticas.

A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, que presidiu o



encontro, subordinado ao tema "Promovendo a higiene e segurança no trabalho/pela legalidade laboral", referiu que o exercício efectivo da função inspectiva pelo Inspector do Trabalho impõe a necessidade de padronizar, sistematizar e concertar a sua actuação, através de comandos e orientações que conduzam ao exercício pleno das suas actividades legalmente consagradas.

"É fundamental que este guião seja de referência obrigatória para o inspector, mas também do conhecimento dos empresários, por isso, devem assegurar a partilha deste instrumento com as associações empresariais e também deve estar patente na nossa página Web, possibilitando que os cidadãos a nível nacional e internacional tenham acesso e possam também eles monitorar a postura e actuação do Inspector do Trabalho", realçou a governante.

Num outro desenvolvimento, Vitória Diogo referiu-se às reformas introduzidas no sector, que trouxeram resultados tangíveis, no domínio da promoção da legalidade laboral e verificação da aplicação e cumprimento das normas jurídico-laborais.

"De um total de 34.039 estabelecimentos inspeccionados, o que corresponde a 89,6% da meta do quinquénio, foram abrangidos 668.000 trabalhadores, detectadas 48.960 infracções, das quais 38.115 (78%), foram

objecto de advertência e 10.845 (22%) autuados", afirmou, juntando que as infracções detectadas, tiveram maior incidência na falta de observância das regras de saúde, higiene e segurança no trabalho, falta de canalização de contribuições ao INSS-Instituto Nacional de Segurança Social e contratação ilegal de mão-de-obra estrangeira.

Usando, também, da palavra, José Luís Albuquerque, director geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, considerou que a celebração do acordo entre a Autoridade para as Condições de Trabalho de Portugal e a IGT "é um pequeno contributo da cooperação portuguesa estruturado há vinte anos com o Ministério moçambicano do Trabalho, Emprego e Segurança Social e que agora vimos concretizar de forma segura e fraterna".

"É um contributo pequeno da nossa parte, mas sempre em função das vossas necessidades, solicitações e de um trabalho de vinte anos muito profissional", frisou José Luís Albuquerque.

Importa destacar que ainda no III Conselho Consultivo da IGT foi apresentada a indumentária do Inspector do Trabalho que vai dignificar e facilitar a identificação do inspector, cumprindo-se assim mais um requisito estatutário.

→ continuação Pag. 05 - CDM terá a sua nova e quarta fábrica em Marracuene, próximo ano

A CDM é a maior empresa de produção de cervejas do país e subsidiária da ABInBev. Tem três fábricas em Maputo, Beira e Nampula.

O dirigente sublinhou que durante os 23 anos da existência da companhia a que está afectada no país, tem havido um impacto significativo nas comunidades, sobretudo as que vivem nas zonas onde as suas unidades de produção estão instaladas.

Ele falou de qualquer coisa como 150 mil famílias, para de seguida realçar que para essas e mais pessoas tenham cada vez mais benefícios sociais e económicos, é necessário que "haja um ambiente regulatório estável, previsível, consentâneo", que, acima de tudo, seja razoável às expectativas de "todos actores no ambiente do negócio."

Cruz comentou ainda que o quadro fiscal criado pelo Governo deve ser estimulante ao investimento.

Ele manifestou o desejo de iniciativas como "a embalagem e selagem de cervejas, introdução de taxas sobre as embalagens, jamais serão implementadas sem que se afira a sua real pertinência e benefícios para as empresas que operam em Moçambique (...)."

Raimundo Diomba, governador da província de Maputo, chegou e viu in loco o lançamento da primeira para a construção da nova fábrica da CDM.

Ele disse que ouviu "promessas de emprego para não menos de 1.000 pessoas". Porém, não gostaria que o projecto tenha sido mais uma "cerimónia de enterro de pedra (...)", ou seja, que acabe na promessa como acontece com vários pelo vasto Moçambique.

"Que sejam integralmente respeitados os prazos estabelecidos para a entrega" e consequente entrada em funcionamento da fábrica. "O Governo passa, desde já, a contar os dias" para o efeito.

Mundo

Tentativa de assalto a banco faz 14 mortos no Brasil

Catorze pessoas, incluindo seis reféns, foram mortas na sexta-feira num tiroteio entre a polícia e os assaltantes que tentavam explodir ATM's em dois bancos de uma pequena cidade no nordeste do Brasil.

Texto: Público de Portugal

Seis reféns, entre os quais duas crianças, morreram no tiroteio, informaram os meios de comunicação locais, quando a polícia disparou contra os ladrões nas agências bancárias na rua principal de Milagres, no interior do estado do Ceará.

"Seis dos bandidos morreram. Estamos a trabalhar para identificar as vítimas", disse Kelia Jacome, porta-voz do governador.

Kelia Jacome acrescentou que a tentativa de assalto, durante a noite, foi interrompida por uma unidade policial que acompanhava um gangue responsável por assaltos semelhantes na área, nos quais foram utilizados explosivos em caixas multibanco.

O site de notícias do G1, citando o prefeito de Milagres, Lielson Landim,

relatou que cinco dos reféns mortos pertenciam à mesma família. O seu carro foi sequestrado pelo gangue armado que os tomou como reféns.

Dois suspeitos foram presos pela polícia, que procurava outros membros de gangues com a ajuda de um helicóptero, informou o gabinete do governador em comunicado.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.



Em Moçambique não se sabe quantas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) existem, mas acredita-se que sejam muitos e a sua luta para serem aceites e reconhecidos é ampla e longe do fim. O Governo nega personalidade jurídica à Lambda e argumenta que, apesar de a “homossexualidade não ser proibida” no país, “também não é permitida. (...) Somos muito tolerantes, mas ver homens casados com outros homens não é algo que possamos apoiar.” Enquanto isso, os homossexuais seguem marginalizados, violentados e alvos de todo o tipo de desprezo, preconceito e discriminação, de acordo com as conclusões a que chegou o especialista independente das Nações Unidas, Victor Madrigal-Borloz, na sua visita a Moçambique.

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/67555>

Joseozias Magagul Meu país pode ter muitos problemas mas tem algo louvável, realmente, é a melhor resposta do governo e se o governo continuar a defender estes direitos culturais realmente tem o meu apoio pois o ocidente gosta de por tradições deles para enfraquecer o africano pergunta os nossos avós nas décadas 60 se havia isto é o que para eles é este tipo de acto é massinguita, realmente é. · 12 h

Dee Bila Ho campeão, se te deres tempo de ler um pouco de história saberias que há milénios antes dos seus avós isso já existia. · 11 h

Joseozias Magagul Eu escrevi bem pelo menos na zona onde cresci e da minha família isso chama se massinguita · 11 h

Esdras Daúce Jr. Dee Bila mas é anormal e não deve ser promovido. · 10 h



Garcia Ahmed Hassan Bicu Joseozias Magagul te apoio e até na comunidade onde nasci. E to ouvindo agora essas barbaridades. · 10 h

Dee Bila Joseozias, que stória é essa de enfraquecer o africano?? Até onde eu sei, nós é que estamos a morrer de guerras, fome e pobreza...mas os gays sao eles, certo?? · 10 h

Joseozias Magagul Não ti entendendo Dee Bila eu falei algo asserca do ocidente que tenta escravizar a mente africana incutindo a ideia de que ele e a sua cultura é tudo atrasado e que ele não pode conseguir resolver os seus problemas, sendo sempre necessário um do ocidente. · 10 h

Ibraimo Jamú Esse tal de Victor Madrigal vem somente querer

legalizar Panuleiradas em Moz... como já fizeram em Europa toda quase. Vergonha da Grossa...! · 2 h

Ibraimo Jamú "Pinguim...só com Pinguim, não significa que sejam do mesmo sexo. Mas sim de sexo opostos! · 2 h

Colaço Colaço Impuseram que as crianças não devem fazer nada senão brincar, comer e estudar. Já nem podemos mais dar palmadinhas nelas, consequencia, os pais perderam autoridade em casa, gritam e gritam e os filhos estao nem ai. Se não ensino meu filho desde cedo por medo de ser acusado de violação de direitos da criança, entao so devo ensina-lo quando atingir 18 anos? Lambda, Lambda de quê, querem subverter nossos valores? · 5 h

Colaço Colaço Nunca houve, em Moçambique, relato de espancamento, marginalização ou despreso de alguém por ter uma orientação sexual ambigua, esses querem nos impor coisas da cabeça deles e por falta de trabalho, passam a vida a gastarem dinheiro em vão. Labiba desfila a vontade sem ser molestada, de tantos outros. · 5 h

Nemane Selemane Nao inventem problemas onde nao existem. Quem esta marginalizar, violentar, desprezar preconceitura ou descriminar esse grupo em Mocambique? O Estado segundo a lei, e laico. Cada um segue religiao que quer aqui. Julgo que estes tambem

estao praticando a sua religiao livremente. · 12 h

Levis Chiconde Atanasio Naisson O governo tem o meu apoio nesta questão. Deus fez homem e mulher · 12 h

Filipe Muteruco O governo moçambicano tem meu apoio! Cada um segue o que lhe é favorável! · 10 h

Inoque Chinde Ninguém marginaliza isso é uma forma de emocionar pessoas sensacionalismos. Quanto a isso está de Parabéns o Governo. · 10 h

Arish Marcelino Mas na verdade nunca vi nenhum gay a ser marginalizados em moz · 11 h

Antonio Luis Cuco Cuco Esse especialista não é bem vindo a nossa pátria. Queremos pessoas que vem ajudar a ultrapassar os verdadeiros e profundos problema do país. Deus nos ajude. · 9 h

Raquel Coelho Pessoalmente, eu nunca presenciei preconceito contra este segmento em Moçambique. Estas politicas da ONU servem apenas para introduzir ódio e divisão dentro de uma sociedade. Deixem Moçambique em paz! · 3 h

Santos Maite Silvestre A coisas mas sérias para se tratar nesta pérola do Índico caso dívida guerra fome desemprego. Nesta época

não tem espaço para isto · 3 h

Lizele Isaque Isaque A nossa cultura nao aceita xte abuso de homem casar com homem · 6 h

Tarik Esmail Apoiado o nosso governo · 10 h

Saide Salihina Bichehe Se você Nyusi aceitar fica a saber que já não serás bem vindo na presidência · 32 min

Cuna O governo está de parabéns · 2h

Eulalia Muchanga Apoio a ideia pk é muito ridiculo homem casar com homem · 3 h

Pedro Firmino Realmente · 11 h

Faiz Ibramo O governo está de parabéns · 7 h

Arsenio Massango Espero que o governo continue com esta posição eternamente · 6 h

Altezagin Sambo Acho eu que não pode furar esta firmeza. Estão certo desta vez mas os balancadores da economia podem mudar a atitude do moçambicano. E este, uma vez ki não aguente ser desprezado por países colonizadores vai ceder a este mal. Começou?... Vai até o fim.... · 4 h

Mário Jac Jac Enfim, uma boa notícia. NÃO a essas coisas satânicas · 8 h

Época chuvosa já fez 13 mortos em Moçambique

Pelo menos 13 pessoas morreram em consequência das chuvas fortes que têm se registado no Centro e Norte de Moçambique desde Outubro passado, as descargas de raios atmosféricos continuam a ser a principal causa dos óbitos.

Texto: Adérito Caldeira

A primeira vítima aconteceu a 22 de Outubro no distrito de Macossa, na província de Manica. De acordo com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades(INGC), devido as chuvas fortes acompanhadas de trovoadas, a 22 de Novembro seis pessoas morreram na província do Niassa, todas vítimas por descargas atmosféricas.

Já na província de Tete, a 25 de Novembro, três cidadãos morreram afogados.

O mau tempo que vem fustigando a província da Zambézia desde a semana passada causou, no passado dia 9, a morte a três cidadãos que foram atingidos por descargas de raios atmosféricos.

Sendo a principal causa de mortes diretamente relacionadas com a época chuvosa importa recordar que caso o leitor esteja num campo aberto a ca-

minhar durante uma tempestade transforma-se num alvo fácil de raios atmosféricos. As árvores isoladas não são recomendáveis e é preciso evitar o contacto com objectos metálicos e lugares com água.

O INGC recomenda que na falta de um abrigo seguro é recomendável deitar-se no chão ou agachar-se para que o seu corpo não seja o ponto mais alto na área. Mesmo que esteja numa zona urbana é preciso ter o cuidado para não usar as torneiras ou chuveiros durante as tempestades, afaste-se das tomadas eléctricas e não use o telemóvel, pois são condutores e podem originar choques eléctricos.

Caso o leitor esteja a conduzir durante chuva e descargas atmosféricas não saia da viatura, pois os carros estão preparados para repelir os raios, no entanto é preciso ter cuidado para não segurar nas partes metálicas.

Deve-se evitar excessos alimentares e bebidas alcoólicas na quadra festiva, segundo o MISAU

O Ministério da Saúde (MISAU) apela aos cidadãos para que prestem bastante atenção no prazo de validade dos alimentos que consumirem durante a quadra festiva, evitem excessos de comidas gordurosas, com muito sal, açúcar e o consumo de bebidas alcoólicas deve ser rigorosamente moderado.

Texto: Emildo Sambo

A directora nacional-adjunta para a área de assistência médica, Helenia Amade, disse que os dias festa devem ser considerados como tal e não para causar desmandos, principalmente por conta do consumo de bebidas alcoólicas. Deve prevalecer o bom senso nas pessoas.

Falando esta terça-feira (11), em Maputo, numa conferência de imprensa que visava dar a conhecer o grau de preparação dos hospitais nacionais para esta quadra festiva, a fonte considerou que se a sociedade não “tomar as medidas prevenção” não existe preparação que surta os efeitos desejados.

Para o MISAU, as escalas de trabalho em diferentes unida-

des sanitárias, para a quadra festiva, iniciam no dia 20 de Dezembro em curso e só cessam a 05 de Janeiro próximo.

Helenia Amade, que também é ginecologista e obstetra, insistiu na necessidade de se evitar o consumo do álcool porque, segundo justificou, tem várias consequências negativas nas famílias e na sociedade em geral. Uma delas é a violação de crianças e mulheres e a outra é a sinistralidade rodoviária e, por conseguinte, mortes e traumas.

Na quadra festiva passada, “as crianças de zero a 14 anos de idade foram as maiores vítimas de violação sexual devido ao consumo abusivo do álcool”, afirmou a fonte, ajuntando que a violência do-

méstica é outra consequência perniciosas, cujos efeitos são também devastadores para as famílias.

Em todos os hospitais do país, os hospitais dispõem de 1.700 unidades de sangue. “Não estamos satisfeitos com esta quantidade e gostaríamos de ter mais, mas o que existe é aceitável (...) para que possamos trabalhar”.

Num outro desenvolvimento, Helenia lembrou que o uso de objectos pirotécnicos, vulgos paixões, deve ser feito por pessoas preparadas para o efeito, porque são extremamente perigosos. Podendo causar incêndios, amputação dos membros inferiores ou superiores, entre outros danos humanos.

Moçambicanos têm repulsa e preconceito contra a homossexualidade, segundo especialista das Nações Unidas

Em Moçambique não se sabe quantas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) existem, mas acredita-se que sejam muitos e a sua luta para serem aceites e reconhecidos é ampla e longe do fim. O Governo nega personalidade jurídica à Lambda e argumenta que, apesar de a "homossexualidade não ser proibida" no país, "também não é permitida. (...) Somos muito tolerantes, mas ver homens casados com outros homens não é algo que possamos apoiar." Enquanto isso, os homossexuais seguem marginalizados, violentados e alvos de todo o tipo de desprezo, preconceito e discriminação, de acordo com as conclusões a que chegou o especialista independente das Nações Unidas, Victor Madrigal-Borloz, na sua visita a Moçambique.

Na sua visita ao país, de 03 a 10 de Dezembro corrente, Victor Madrigal-Borloz constatou que Moçambique é um país seguro para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, porque, ao contrário do que ocorre em algumas partes do mundo, "não há relatos de violência física massiva, sistemática ou flagrantes."

Todavia, não existe inclusão social. Existem manifestações latentes de que seria adequado se esta camada da sociedade "permanecesse invisível".

Ele manteve encontros com as entidades governamentais, organizações da sociedade civil, líderes religiosos e tradicionais. Para além de Maputo, escalou a província de Nampula.

A Lambda é uma organização de cidadãos moçambicanos que advoga pelo reconhecimento dos direitos humanos das pessoas LGBT. Há sete anos, ela luta pela sua própria legalização e reconhecimento pelo Estado, mas ainda não lhe foi concedido esse direito.

O especialista independente das Nações Unidas entende que "moçambicanos e o Estado têm uma grande dívida de gratidão" àquela agremiação por proteger vários homossexuais. As autoridades precisam de ter



uma política orientada para o grupo que é recorrente sujeito à violência na rua, nos estabelecimentos de ensino e nos seus postos de trabalho.

Há indivíduos que acreditam gente nessa condição está sob efeito de demónios. O estigma e a ignorância são de tal sorte que algumas mulheres têm sido estupradas alegadamente para torná-las "normais".

Pessoas transexuais são mantidas em prisões de homens ou mulheres com base no seu sexo biológico, o que lhes coloca em situação de grandes vulnerabilidade à violência, incluindo sexual, disse Victor Madrigal-Borloz, à imprensa, na segunda-feira (10), em Maputo. "A intolerância, a marginalização e a discriminação" são outros

tipos de abusos flagrantes contra LGBT).

"A exclusão começa dentro da família (...)", que não esconde a sua o sentimento de vergonha perante os filhos ou outros membros que estão fora da orientação sexual que julga "normal". Para agravar o cenário, a sociedade manifesta repulsa e preconceito contra a homossexualidade e os homossexuais.

Determinados pais inculcam nos filhos a ideia de que têm a obrigação de darem continuidade à família e há percepção de que os gays, por exemplo, "estão em transição e a caminho de se tornarem mulheres".

A fonte assegurou que recebeu relatos de crianças, por

exemplo, que são submetidas a rituais religiosos e de médicos tradicionais supostamente para livrá-los do que os parentes acreditam ser maus espíritos a agirem sobre os mesmas crianças.

"Tais tratamentos incluem violência psicológica, física e sexual. Crianças LGBT têm sido rejeitadas pelas suas famílias, expulsas de casa ou privadas de apoio financeiro, são incapazes de prosseguir com os seus estudos e enfrentam a pobreza."

Segundo Victor Madrigal-Borloz, a violência e a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero nunca têm justificação, por isso, devem, de todo em todo, serem veementemente "condenadas e desencorajadas."

A sua visita ao país tinha em vista medir o gozo dos direitos humanos pelas pessoas LGBT e identificar as boas práticas.

Como recomendação, ele vai propor ao Governo a criação de uma política pública que reconheça a existência dos direitos dessa população, o reconhecimento da personalidade jurídica à Lambda, investigação da suposta existência de "terapias de conversão perpetradas em centros de detenção não estatais", entre outras.

Pergunta à Tina...

Tina, é verdade que antes de atingir 10 dias depois do período não se contrai a gravidez?

Querida, quando se fala de menstruação, nada é matemático. 10 dias depois do período, se tiveres um ciclo menstrual regular de 28 dias. Mas, caso contrário, 10 dias talvez já não seja correcto.

É verdade que existe aquilo a que se chama período fértil, quando a probabilidade de engravidar é maior, que normalmente se inicia por volta de 10 dias depois do fluxo menstrual. Mas até pode acontecer que seja oito dias, ou 12, não é matemático.

O uso da camisinha elimina essas preocupações, quando usada correcta e consistentemente. Cuida-te!

Olá Tina, a minha esposa tem 35 anos, nunca teve filhos, já a submeti a uns exames e disseram que ela está bloqueada. O que faço? Ajuda-me, por favor.

Estimado leitor, infelizmente não posso ajudar muito. Apenas "está bloqueada", não é informação suficiente para dar uma opinião. O meu conselho seria que acompanhasses a tua esposa à mesma consulta onde foi dada a informação de que estava bloqueada. E aí perguntar o que se pode fazer. Eles estão em melhor posição para te ajudar. Boa sorte!

Exame de Física da 12ª classe vaza em Maputo, MINEDH anula e manda elaborar outro

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) anulou o exame da 2ª. época da disciplina de Física da 12ª. classe, na segunda-feira (10), na cidade de Maputo, devido a uma suposta fraude. Um novo exame será realizado na quinta-feira (13).

Texto: Emildo Sambo

A avaliação tinha sido marcada para a mesma segunda-feira, mas não foi realizada, porque chegou aos ouvidos da inspecção do MINEDH informações segundo as quais alunos, só na capital do país, já tinham a prova antes da sua realização.

Quem não gostou da anulação foram os alunos da Escola Secundária Josina Machel, por exemplo, e dirigiram-se àquela instituição do Estado para exigir explicações, na qualidade de quem não tinha nada a ver com a fraude, por isso, não podiam ser prejudicados ou apenar por tabela.

Manuel Simbine, porta-voz do MINEDH, esclareceu o exame foi anulado em cinco dos sete distritos municipais

da capital do país, o que significa que em KaNhaca e KaTembe não houve irregularidades.

A fonte não avançou detalhes sobre o caso nem indicar o que fez com que o exame fosse parar em mãos alheias, o responsável do MINEDH disse que a instituição ainda está a trabalhar para apurar o que se passou.

O certo é a avaliação circulou pelas redes sociais, sobretudo no WhatsApp, e não se sabe como e tão-pouco quem foi o mentor.

Não é a primeira vez que se anula exames no país, por conta de fraudes. Nos exames extraordinários, por exemplo, já houve situações similares, em 2015.

Desporto

River Plate vence Boca Juniors no prolongamento e é campeão da Libertadores

O River Plate derrotou o Boca Juniors por 3 a 1 após prolongamento para conquistar o título da Copa Libertadores neste domingo, em uma partida disputada em Madri, por causa da violência antes da partida da final agendada inicialmente para Buenos Aires.

Texto: Agências • Foto: EPA/Juanjo Martin

A equipe do Boca abriu o placar pouco antes do intervalo por intermédio de Darío Benedetto, mas Lucas Pratto empatou para o River na metade do segundo tempo para forçar o prolongamento.



Wilmar Barrios, do Boca, foi expulso com um minuto do tempo extra, e Juan Fernando Quintero, que saiu do banco de reservas, colocou o River à frente já na segunda parte do prolongamento, antes de Gonzalo Martínez fazer 3 a 1 nos segundos finais da partida,

em contra-ataque, quando o Boca tinha todos os seus jogadores no ataque.

O maior clássico da Argentina terminou empatado em 2 a 2 a 11 de Novembro, mas a segunda partida, no estádio do River, duas se-

manas depois, foi adiada quando jogadores do Boca ficaram feridos após adeptos do River atacarem o autocarro em que estavam.

Autoridades do futebol sul-americano, então, decidiram transferir o jogo para o estádio do Real Madrid.

O resultado significa que o River representará a América do Sul no Mundial de Clubes que começa no dia 12 nos Emirados Árabes Unidos.

Com novas funcionalidades: Standard Bank reinaugura agência de Pemba

O Standard Bank reinaugurou, na sexta-feira, 7 de Dezembro, a agência de Pemba, na província de Cabo Delgado, que beneficiou de obras de ampliação e remodelação, inseridas no projecto de modernização e construção de novas agências com vista a proporcionar mais espaço e conforto aos clientes, para além de conferir maior celeridade no atendimento.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Localizada no centro da cidade de Pemba, a agência, implantada naquela urbe em 1996, apresenta, agora, padrões internacionais no que diz respeito à inovação, com destaque para a área digital, que funciona 24 horas por dia, equipada com ATMs para depósitos, bem como serviços de um balcão tradicional, tais como caixas (incluindo para grandes depósitos), casa para ATMs, onde o cliente pode efectuar as suas transacções com maior segurança e privacidade.



“os clientes podem encerrar os estabelecimentos a qualquer hora do dia, na certeza de que terão como depositar as receitas de forma rápida e segura nas ATMs para depósito”.

A cerimónia de reinauguração contou com a presença do governador da província de Cabo Delgado, Júlio Parruque, que, na sua intervenção, disse acreditar que a reinauguração daquela agência seja “um novo ponto de partida para a expansão do Standard Bank para outros distritos da província, em resposta antecipada à previsão de crescimento económico de Cabo Delgado, onde os serviços são indispensáveis”.

“Pelo País fora, o Standard Bank tem dado mostras do compromisso de alargar os seus serviços com a abertura de novas e mais modernas agências, acompanhada por uma prestação de serviços orientada para o cliente”, sublinhou o governador.

Por seu turno, a chefe de Serviços de Operações Gerais na Filial do Banco de Moçambique na cidade de Pemba, Julieta Govanhica, considerou que “a remodelação e modernização daquela agência faz jus a uma série de medidas que o Standard Bank tem vindo a tomar com vista ao fortalecimento da sua presença junto dos cidadãos, cujos resultados merecem o nosso apreço”.

O presidente do Conselho de Administração do Standard Bank, Tomaz Salomão, explicou que a reinauguração daquela agência demonstra o comprometimento do banco para com o desenvolvimento da cidade de Pemba, em particular, e da província de Cabo Delgado, no geral, que têm conhecido um crescimento assinalável mercê da descoberta de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma, do turismo, da exploração dos recursos minerais, entre outras actividades.

“Por acreditarmos no potencial desta cidade, fomos o primeiro banco privado a instalar-se nesta região, em 1996. Por isso, estamos orgulhosos de ter contribuído amplamente para a bancarização de toda a província de Cabo Delgado, no financiamento de empreendimentos que têm estado a impulsionar o desenvolvimento deste ponto do País, incluindo a criação de vários postos de trabalho”, destacou Tomaz Salomão.

Na ocasião, o presidente do Conselho de Administração do Standard Bank apontou, a título exemplificativo, a pintura do edifício em que se encontra a agência como símbolo do empenho do banco em apoiar na manutenção da cidade de Pemba.

Na mesma vertente, o administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocha, referiu que, com a remodelação e modernização daquela agência, o banco pretende dar novo ímpeto ao seu contributo na dinamização da economia daquela província.

“Os agentes económicos, incluindo os seus familiares, poderão encontrar soluções de depósito, poupança, financiamento, entre outras de que necessitem para concretizar os seus empreendimentos e sonhos”, garantiu Chuma Nwokocha, que acrescentou que, com as inovações introduzidas,

ICM e Gapi criam crédito à comercialização agrícola

O Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) e a Gapi assinaram, na segunda-feira, 10 de Dezembro, um acordo que cria a Linha de Crédito especial de apoio à Comercialização Agrícola. Este evento contou com a presença do Ministro da Indústria e Comércio, Ragendra de Sousa, membros do Conselho Consultivo do MIC e dos Conselhos de Direcção do ICM e da Gapi.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de uma linha de crédito que irá priorizar o financiamento das campanhas de comercialização agrícola, bem como algumas actividades de agroprocessamento, com prioridade para as regiões já identificadas como estratégicas pelo ICM.

Após a consolidação desta fase inicial, prevê-se a possibilidade de se promoverem investimentos com vista à ampliação e modernização da capacidade de armazenamento dos bens comercializados e contribuir para uma maior e melhor utilização de infra-estruturas de armazenagem e processamento.

Na ocasião, Ragendra de Sousa destacou a singularidade deste fundo, realçando que “a grande vantagem, é que fomos buscar práticas consolidadas e experiência na concessão de financiamentos, às pequenas e médias empresas, particularmente nas zonas rurais do lado da Gapi e juntamos a isso uma grande vontade e esforço do ICM, para voltar a fazer diferença na comercialização, introduzindo um profundo sentido económico”.

O Ministro da Indústria e Comércio chamou atenção para os modelos de implementação, que devem promover efectivamente o sector, relegando ao Estado o papel de regulador, daí que reitera que “o ICM é braço do Estado e a Gapi é uma instituição financeira de desenvolvimento nacional, com muitos anos de experiência e implantação nacional. Mais uma razão para deixarmos este desafio de apoiar e criar mais produtores, mais empresários, mais pequenas e médias



indústrias, a caminho da nossa industrialização, entregue nas vossas mãos”.

Tendo como fundamento o facto de a maioria da população nacional viver, directa ou indirectamente, da agricultura sendo que a comercialização dos seus excedentes se reveste de importância fundamental, para poder haver um real acréscimo de renda das famílias, o ICM implementa a agenda do Governo de apoiar, facilitar e garantir que os agricultores possam tirar maior proveito das diversas culturas agrícolas, alimentares e de rendimento, que produzem, beneficiando de valores das transacções comerciais dessa produção.

Por sua vez, Mahomed Valá, director geral do ICM, realçou o facto desta linha representar a disponibilidade, de financiamento, “os produtores intermédios terão a possibilidade de induzir um movimento muito importante de comercialização agrícola, através da criação de melhores condições para o armazenamento. Acreditado que é um início com muita racionalidade, muita sustentabilidade e sobretudo muita responsabilidade”.

Valá acrescentou que “nos próximos dias queremos já convocar o Comité Directivo, para o início da operacionalização desta linha, de modo a que, até ao final do primeiro trimestre de 2019, já tenhamos os primeiros beneficiários desta iniciativa”.

António Souto, presidente da Comissão Executiva da Gapi, reconheceu que a confiança depositada na sua instituição, o que em parte é fruto do trabalho que esta já vem desenvolvendo no apoio às organizações de produtores e à comercialização rural, como um dos elementos da ligação aos mercados para as várias cadeias de valor, bem como um factor de fortalecimento dos comerciantes rurais, no âmbito do comércio transfronteiriço e da segurança alimentar e nutricional.

“Vimos sendo um parceiro estratégico do Estado, nos desafios de desenvolvimento que Moçambique enfrenta. Portanto, os comerciantes rurais, de preferência nos locais onde está a produção, irão começar a ver casos práticos deste instrumento que, sobre a vossa orientação, foi criado e que compete-nos a nós, como instituição financeira de desenvolvimento, implementá-lo eficientemente e com boa governação”. Referiu

António Souto destacou ainda a grande importância da cooperação institucional, no fortalecimento de um sistema financeiro mais inclusivo: “Só juntando sinergias e aproveitando a experiência de instituições nacionais que já vem fazendo, podemos alcançar o tão almejado desenvolvimento, que norteia as nossas agendas”, finalizou.

Destacado papel dos parceiros de cooperação na geração de emprego e renda

A promoção de emprego não é um desafio reservado exclusivamente ao Governo. A dinâmica socioeconómica, influenciada pelas políticas governamentais, abrem espaço para que o sector privado e parceiros de cooperação proporcionem mais empregos, trazendo renda e o acesso ao trabalho rentável, que é a face mais visível da distribuição da riqueza no País.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



A esse propósito é importante destacar o papel dos parceiros sociais (empregadores e sindicatos) e dos parceiros de cooperação, na formulação de medidas que concorrem para a criação de oportunidades de emprego, quer através do financiamento a iniciativas de empreendedorismo e auto-emprego de cidadãos moçambicanos em geral e aos jovens empreendedores em especial.

A conjugação dessas sinergias foi, recentemente, destacada pela Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, na abertura do Seminário “Dia Nórdico-Moçambique para o Crescimento Inclusivo” durante o qual enalteceu a contribuição financeira que o Reino da Suécia tem dado na implementação da Política do Emprego.

Estas acções conjugadas, de todos nós, já resultaram na criação, 1.308.236 empregos, de 2015 até Setembro do ano, dos quais 68.683 foram ocupados por cidadãos de nacionalidade estrangeira, sendo 1.112.001 ocupados por jovens e 457.883 apenas por mulheres, disse a ministra.

Segundo a ministra, um dos desafios que o País irá enfrentar no futuro é o crescimento demográfico, pois dados do Instituto Nacional de Estatísticas indicam para o aumento das taxas de fecundidade e diminuição das taxas de mortalidade, fazendo com que, em 2040, a esperança de vida venha a aumentar para 67 anos, a taxa de mortalidade reduzida para 6.6 e a de natalidade para 27.1, o que significa que nas próximas décadas a proporção da população em idade de trabalhar irá aumentar.

Vitória Diogo está segura que Moçambique deverá preparar-se para extrair os benefícios económicos do Dividendo Demográfico, o que pressupõe a criação de condições para que a população seja saudável, educada e tenha acesso ao trabalho digno, decente e produtivo.

“Não é por acaso que o Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 tem como enfoque o “homem”, ou seja, “melhorar as condições de vida do Povo moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, tendo como enfoque três das cinco prioridades: desenvolvimento do capital humano, Desenvolvimento de infra-estruturas e Promoção do Emprego, aumento da Produtividade e Competitividade”, referiu a titular do TESS.

Ela garantiu que o enfoque tem sido dado ao reforço das medidas activas de emprego, promoção do auto-emprego e empreendedorismo; o estímulo ao sector agrário, pesqueiro, industrial e comercial, promoção do agro-processamento, conservação de cereais e povoamento dos tanques piscícolas, dentre outras medidas. Destacou ainda o estímulo ao Sector da Hotelaria e Turismo dada a capacidade de absorção de mão-de-obra.

Noutro desenvolvimento, a governante lembrou que o Governo aprovou em 2016 a Política de Emprego sob o lema “mais e melhores empregos para os moçambicanos”. É dentro das linhas de implementação da Política de Emprego, conjugada com a implementação da Lei da Educação Profissional, que se vai alinhando a educação profissional às necessidades do mercado do trabalho através da participação do sector privado na gestão deste sub-sistema, criação do quadro nacional de qualificações, actualização dos currículos e modernização das instituições de educação profissional.

Por seu turno, a embaixadora da Suécia, Marie Andersson de Frutos, considerou, na ocasião, que o Relatório do Mercado do Trabalho, ora lançado, vai ajudar os vários intervenientes no mercado de trabalho no processo de definição de estratégias e tomada de decisões. A diplomata realçou o facto de o documento apresentar dados desagregados por sectores, o que, para si, o torna mais útil e permite uma fácil análise do nível de crescimento por sectores de actividade.

Marie Andersson de Frutos defendeu “um crescimento económico que promova a redução da pobreza, que é o objectivo principal da nossa cooperação, bem como a promoção do emprego digno e produtivo”.

Gerais 2019: Recenseamento eleitoral vai decorrer de Abril a Maio próximos

O recenseamento eleitoral de raiz para eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais, agendadas para 15 de Outubro de 2019, decorrerá de 01 de Abril a 15 de Maio próximos, nos distritos sem autarquias locais. De 16 de Abril a 15 de Maio, haverá actualização do mesmo processo nos distritos municipais e, simultaneamente, no estrangeiro, disse o Governo, na terça-feira (11).

Comissão Nacional de Eleições (CNE) tinha proposto ao Governo que o censo eleitoral teria lugar de 04 de Março a 02 de Maio de 2019, no território moçambicano, e de 03 de Abril a 02 de Maio do mesmo ano, no estrangeiro.

De acordo com o decreto do Conselho de Ministros, no estrangeiro, o recenseamento eleitoral terá lugar no círculo eleitoral da Europa e do resto do mundo.

Na Europa será em Portugal e

na Alemanha. Em África será no eSwatini, na África do Sul, no Lesoto, no Botswana, no Malawi, na Tanzânia, na Zâmbia, no Zimbabwe e no Quênia.

Refira-se que o calendário eleitoral divulgado pela CNE, há meses, indica que a actualização dos locais de constituição e funcionamento dos postos de recenseamento eleitoral iniciou em Julho passado e termina no dia 01 de Fevereiro de 2019.

A inscrição de partidos polí-

ticos, coligações de partidos políticos e grupo de cidadãos eleitores proponentes, manifestando interesse em participar nas eleições gerais terá lugar de 20 de Maio a 03 de Junho de 2019.

As candidaturas a presidente da república e para a eleição dos deputados da Assembleia da República (AR) e a membros das assembleias provinciais acontecerão de 08 de Junho a 06 de Agosto, no Conselho Constitucional (CC).

Texto: Emílio Sambo

No Egipto: Carlos Mesquita partilha experiência moçambicana no "Fórum África 2018"

O ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, considera que a melhoria da eficiência das infraestruturas de transporte, com vista a tornar os produtos africanos mais competitivos nos mercados globais, constitui o principal desafio económico dos países do continente, que estiveram reunidos, nos dias 8 e 9 de Dezembro, em Sharm el Sheikh, no Egipto, para projectar soluções conducentes ao seu desenvolvimento.

Denominado "Fórum África 2018", o encontro tinha como lema "Liderança Corajosa e Compromisso Colectivo, Promovendo Investimentos Intra-Africanos" e por objectivo ajudar os países participantes a projectarem soluções inovadoras para estimular investimentos, bem como acelerar o desenvolvimento inclusivo do continente africano.

Durante o fórum, Moçambique partilhou a sua experiência no desenvolvimento das infraestruturas de transporte e expôs o potencial existente para os investidores desta e de outras áreas, tendo em conta o seu papel na cadeia logística dos países do "hinterland", particularmente os da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Para Carlos Mesquita, que chefiou a delegação moçambicana àquele fórum, em representação do Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, o encontro foi frutífero, "tendo em consideração que os aspectos discutidos se encaixam na estratégia de governação de Moçambique, vertidos no Plano Quinquenal do Governo (2015-2019), onde estão definidas as quatro prioridades, nomeadamente a agricultura, infra-estruturas, energia e o turismo".

Segundo explicou o governante, o fórum afigura-se como uma plataforma baseada nas experiências de sucesso para encorajar o empreendedorismo dos jovens e das mulheres, "daí que tenhamos dado enfoque para o género e para os jovens, sob o ponto de vista de empreendedorismo".

Dentro de uma estratégia para maxi-

mizar ganhos da participação de Moçambique neste Fórum, a delegação moçambicana privilegiou contactos bilaterais, tendo-se desdobrado em encontros de trabalho, com diversas individualidades e potenciais investidores para Moçambique, com destaque para encontros com o Ministro dos Transportes do Egipto, Hisham Arafat e representantes da Federação das Indústrias Egípcias e de várias companhias que operam na área de energia, construção e gestão de Infra-estruturas, entre outras entidades.

Com o Ministro dos Transportes do Egipto, foram identificadas áreas de cooperação de interesse para os dois Estados, havendo intenções para parcerias na revitalização da cabotagem marítima, assistência e manutenção de equipamentos ferroviários, entre outras.

Nos encontros com o sector privado, o director geral da Agência para a Promoção de Investimentos e Ex-

portações (APIEX), Lourenço Sambo, fez uma apresentação sobre o quadro legal e incentivos existentes no País para atrair investimento directo estrangeiro.

Segundo o Ministro, a reacção foi muito boa, tendo o Presidente da Federação das Indústrias Egípcias anunciado uma visita a Moçambique, para Março de 2019.

O fórum juntou cerca de três mil participantes em representação de 90 países e organizações internacionais, tendo Moçambique participado através de uma delegação chefiada pelo Ministro dos Transportes e Comunicações que integrava o Presidente do Conselho de Administração da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, Miguel Matabel, o Director da Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações, Lourenço Sambo e quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Referente a 2017: Apresentado o primeiro Relatório sobre o Mercado do Trabalho em Moçambique

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), lançou, recentemente, na cidade de Maputo, o primeiro Relatório do Mercado do Trabalho, referente ao ano 2017, durante o qual foram criados 557.637 postos de trabalho em todo o País, o que representa um crescimento de 36% em relação ao ano anterior.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

De acordo com o documento, elaborado pela Direcção Nacional de Observação do Mercado do Trabalho, a cidade de Maputo foi a que registou maior crescimento (107.6%), seguida pela província de Inhambane (101.4%), enquanto a de Sofala teve o menor aumento (0.1%).

No que diz respeito à colocação de moçambicanos nas minas e farmas sul-africanas, os dados indicam que reduziu em 5.8% e 2.4%, respectivamente, uma situação que pode ser atribuída a razões estruturais do sector mineiro e da economia daquele país vizinho.

O Relatório do Mercado do Trabalho, referente ao ano 2017, foi lançado à margem do seminário do Dia Nórdico-Moçambique para o Crescimento Inclusivo, cuja cerimónia de abertura foi dirigida pela ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo na presença das embaixadoras nórdicas, Laura Torvinen, Embaixadora da Finlândia; Anne Lene Dale, Embaixadora da Noruega e Marie Anderson de Frutos, Embaixadora da Suécia.

O documento, de entre outros assuntos, faz uma abordagem geral da situação geral do emprego no mundo, na região e no País, dos factores macroeconómicos e demográficos, das características do emprego, bem como o desempenho do ensino superior e técnico profissional.

Moçambique registou uma taxa de desemprego de 21.1%, o Produto Interno Bruto (PIB) decresceu para 3.7%, cifra abaixo dos 5.5% previstos, o que consubstancia os desafios que a economia do País enfrentou em 2017.

O emprego varia em função do tamanho da empresa (grande, média, pequena e micro empresa). Segundo informação estatística oficial 2017, existem no País um total de 61.579 empresas, empregando um total de 557.637 pessoas.

Maputo Cidade concentra maior número de empresas com 33.2% do total, seguido de Maputo Província com 11.7%, e Niasa tem menor com 2.8%.

A nível de emprego, Maputo Cidade emprega mais pessoas com 41.7% do total, seguido de Maputo Província com 13.5% e Niassa a que menos emprego oferece, cifrando-se em 1.9%.

As Micro, Pequena e Médias Empresas representam 97.6% do total, reforçando a tendência global, por exemplo na União Europeia, onde 99.0% das empresas são constituídas por MPMEs, gerando 90 milhões de empregos e no caso concreto da Holanda, estas representam 98.8% do sector privado, contribuindo 31.0% no PIB e empregando 55.0% do total de empregos.

As admissões directas, que representam 44.8% do total dos empregos registados tiveram um aumento de 10.3% em relação ao ano anterior.

O auto-emprego registou um aumento, de entre outros, impulsionado pela distribuição de kits de diversas especialidades aos beneficiários de formação profissional.

A contratação de trabalhadores estrangeiros que representa 4.7% do total dos empregos registados em 2017, aumentou em 23.8%.

As instituições do ensino superior públicas e privadas graduaram 19,197 estudantes em oito áreas científicas, um aumento de 5.0%.

Do total dos graduados, 65.2% foram das instituições públicas, sendo, 56.6% homens contra 43.4% mulheres, enquanto dos 34.8% dos estudantes graduados das instituições privadas, 53.3% mulheres e 46.7% homens.

No período em análise as instituições públicas e privadas tinham 200.649 estudantes matriculados, sendo 59.8% das públicas e 40.2% das privadas.

O ensino técnico é constituído por 147 instituições, sendo 44.9% públicas, 37.4% privadas e 17.7% semi-públicas, oferecendo diversos cursos, sendo 55.1% do nível médio, 29.3% do nível básico e 15.6% do nível básico e médio.

Do total 17.7% encontravam-se em Nampula seguido de Maputo Cidade com 17.0%, enquanto Niassa e Cabo Delgado contaram com menos, 3.4% e 4.1%.

Graduaram 11.618 estudantes, dos quais 63.3% homens e 36.7% mulheres, constatando-se uma redução de 1.0%.

Na Guiné-Bissau, a mutilação genital passou à clandestinidade*

Em 2011, a Guiné-Bissau aprovou uma lei que criminaliza a mutilação genital feminina. A par da legislação, uma mudança de mentalidades, sobretudo entre a comunidade muçulmana, e a acção no terreno de várias organizações da sociedade civil têm feito descer a percentagem de raparigas com menos de 15 anos excisadas (ainda assim, eram 30%, em 2014). Até agora, mais de 400 comunidades anunciaram ter abandonado esta prática e fizeram-no em declarações públicas. Mas abandonaram mesmo? Uma viagem pelas regiões Norte, Centro e Leste da Guiné para tentar perceber o que mudou.

Texto: Público de Portugal

Quem acompanha o fenómeno da mutilação genital feminina, tem consciência da lentidão da mudança rumo à sua erradicação. Portanto, não é de estranhar que, em países onde essa mudança está em curso, surjam denúncias, aqui e ali, que apontam para a persistência desta prática. Como é o caso da Guiné-Bissau.

Porém, desde que o país adoptou uma lei que proíbe a excisão das mulheres, em 2011, a prática desapareceu do espaço público. As meninas e raparigas já não são mutiladas, pelo menos à vista de toda a gente. Já em sigilo, em espaços recatados, desconfia-se de que haja quem ainda o faça. E até em bebés, para não dar tanto nas vistas.

Ciente da “crescente dimensão social da excisão”, o Estado da Guiné-Bissau adoptou a Lei n.º 14/2011, que pune o crime de excisão feminina, “nas suas variadas formas”, com pena de prisão de dois a seis anos.

No prefácio do Guia dos Direitos Humanos e Género dedicado à lei, assinado pelo Ministério da Justiça da Guiné-Bissau e pelas Nações Unidas, recorda-se que a lei é o culminar de um “longo” e “árduo” processo de sensibilização, ao longo de duas décadas, que “contou com a participação de vários actores”.

As organizações da sociedade civil, apoiadas pela comunidade internacional, podem, justamente, reclamar vitória. O mesmo não se pode dizer dos políticos nacionais, avessos a tecerem considerações sobre um tema que lhes pode custar votos. A lei impõe a obrigatoriedade de denúncia, mas as autoridades locais policiais e judiciais temem represálias das comunidades onde vivem e trabalham.

Mais de 400 comunidades anunciaram ter abandonado a prática e fizeram-no em declarações públicas, com pompa e circunstância. Mas abandonaram mesmo? Com uma abordagem de duplo olhar — mulher portuguesa e homem guineense

—, percorremos as cidades e as tabancas de Norte, Centro e Leste do país, num total de 800 quilómetros, para tentarmos perceber se a lei está a ser cumprida.

Bafatá e a “revolta” da comunidade

A viagem começa no Leste da Guiné-Bissau, zona com maior prevalência de mutilação genital feminina, dada a presença das etnias mais praticantes, como fulas, mandingas, biafadas, saracolés.

Estradas mais ou menos esburacadas, a cultura milenar do arroz espalhada por vastos terrenos pantanosos e férteis, a ponte sobre o rio salgado de Geba, abutres, que ali se chamam djugudés, e esvoaçam à passagem dos carros, um cartaz onde se lê que o “fanado di mindjer” não faz parte dos cinco pilares do islão (ao contrário da circuncisão masculina). Fanado é o nome crioulo para o ritual secular que, a pretexto de iniciar as meninas na idade adulta, inclui a ablação parcial dos seus órgãos genitais.

No escritório da Plan International, saúde, saneamento básico e educação, nomeadamente a escolarização das meninas, são referidas como as principais preocupações da população da região de Bafatá. Ninguém duvida do “grande impacto” da lei, mas alertam para as resistências que persistem.

Um funcionário judicial que trabalha para a comunidade internacional, e que não pode ser identificado, confirma que já não se realizam rituais públicos, mas isso não quer dizer que a prática tenha desaparecido. Duvida da aplicação prática da lei e da genuinidade das muitas declarações públicas em que, com pompa e circunstância, as tabancas assumem o compromisso de abandonar a prática.

Os dois casos de prática posterior à criminalização julgados em Bafatá foram acompanhados com “revolta” pela população local,

deixando claras as “bolsas de resistência” que consideram a lei de 2011 uma interferência do Estado na vida privada das famílias e comunidades guineenses. Poucos dias após a publicação da lei no Boletim Oficial (equivalente ao Diário da República), quatro fanatecas (excisadoras) de Bafatá submeteram à excisão outras tantas crianças, entre os dois e os quatro anos.

O crime foi denunciado e a polícia de Bafatá agiu, perante a forte pressão de activistas locais, liderada pela presidente do Comité Contra as Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau, Fatumata Djau Baldé, já munida com a força da lei.

As quatro fanatecas — duas alegadamente familiares de um respeitado chefe local — foram detidas, mas, devido à pressão de líderes religiosos, acabaram por ser libertadas dias depois. Literalmente com o Boletim Oficial na mão, que ia mostrando a quem lhe cruzasse o caminho, Fatumata Baldé mudou-se de Bissau para Bafatá “para melhor pressionar a polícia e a justiça” a aplicarem a lei.

Nos primeiros momentos após a criminalização da prática, até os jornalistas tinham medo de noticiar as denúncias dos activistas. Apenas a agência Lusa acompanhou os casos de perto e no terreno. Após vários dias de reuniões intermináveis com o governo local e elementos do poder judicial, as quatro fanatecas acabaram por ser novamente detidas e julgadas pelo tribunal regional de Bafatá, naquele que foi o primeiro julgamento desta natureza na Guiné-Bissau, uma “primeira vitória contra um crime antigo”, nas palavras de Fatumata Baldé.

Condenadas a três anos, com penas suspensas, as mulheres de idade avançada viram as penas revertidas em multas, que, segundo fontes judiciais, foram pagas por familiares. O mesmo não aconteceu com outro caso, em Fevereiro de 2013, quando um guineense a viver em

Portugal voltou à sua aldeia natal, na região de Gabú, e mandou excisar quatro crianças da sua família.

O homem foi detido pela polícia, mas apenas por algumas horas, sendo posto em liberdade por alegada ordem do governador de Gabú. Sob a pressão do Comité Contra as Práticas Nefastas, a justiça convocou o suspeito, mas este, avisado por alguém, desapareceu da Guiné-Bissau antes disso, tal como as duas fanatecas autoras materiais do crime. As suspeitas são muitas: há fanatecas ambulantes, que extravasam fronteiras, a prática é agora executada em crianças, que não podem reclamar, as meninas são introduzidas, às escondidas, no fanado dos rapazes, que continua a realizar-se.

Não tem provas, nem testemunhou directamente casos, mas Adamaia Gavancho admite essas hipóteses. É activista da René-Renté, uma das organizações que integrou o Projeto Djinopi, que, durante cinco anos, combateu a mutilação genital feminina na Guiné em dois eixos: reconversão profissional das excisadoras e campanhas de sensibilização para cada público-alvo.

O delegado de saúde de Bafatá também não tem dúvidas de que “continuam a fazer a prática de uma forma clandestina, escondida” e que até “simulam que a criança furou uma orelha e que chora por isso”. Julião Mandim defende que a mutilação genital “deve ser banida”, porque “tem muitas consequências no momento do parto”.

Tantan Cossé, terras de Cossará

Braima Embaló, sociólogo, activista e agente de ligação do Comité Contra as Práticas Nefastas da Guiné-Bissau, conduz-nos a uma tabanca em chão dominado pela etnia fula. Agachada sobre um banco tradicional de madeira está Umo Baldé, mas depressa surge cadeiras de plástico de todos os lados para sentar os convidados. Umo era a chefe das fanatecas do rei-

no de Cossará e garante que a mutilação genital feminina já não se faz. “É como quem bebia álcool, nunca mais volta aos locais da má vida”, compara.

As fanatecas são mulheres matronas, geralmente também parteiras ou curandeiras tradicionais, a quem é reconhecido um prestigiado estatuto social para executar o corte dos órgãos genitais. Agora viúva, Umo admite estar preocupada com o sustento das “muitas bocas” que tem para alimentar, no conceito africano de família alargada. Já sem arcaboço para trabalhar no campo, vende tabaco, aos molhos. Enquanto fanateca, tinha melhor vida. Mas o Estado disse para parar e o Estado não se contesta — se é lei, é para obedecer. Vamos ouvir esta frase vezes sem conta ao longo da viagem.

Braima Embaló conta 25 fanatecas que, no sector de Bafatá, estão agora a sensibilizar as comunidades para abandonarem a prática. Ainda há “resistência”, mais nas tabancas do que na cidade, garante o activista, que trabalha com 20 comunidades que garantem ser contra a prática. Mas ele sabe que esta ainda não acabou. “Fazem a bebés, no sigilo”, denuncia, recordando “a tragédia” que afectou uma menina, sujeita a um “corte demais”, numa aldeia vizinha.

Além disso, relata, “as fanatecas são móveis”, circulam entre tabancas e até saem da Guiné-Bissau para os países vizinhos - Senegal e Guiné-Conacri, ambos com leis que proíbem a prática, mas igualmente listados pela comunidade internacional como países praticantes (no segundo caso, com um dos mais elevados índices de vítimas). Também saem para a Europa, incluindo Portugal, garante Braima, embora nunca tenha conseguido apanhar ninguém em flagrante.

* Texto na íntegra pode ser lido em: <https://www.publico.pt/2018/12/09/mundo/reportagem/guinebissau-mutilacao-genital-passou-clandestinidade-1853858>

Macron anuncia aumento de 100 euros no salário mínimo francês

O Presidente francês, Emmanuel Macron, anunciou esta noite um aumento do salário mínimo em 100 euros, sem encargos para os empregadores, a partir de 2019. Numa comunicação ao país a partir do Palácio do Eliseu, Macron decretou um “estado de emergência económico e social” em resposta aos protestos do movimento dos Coletes Amarelos.

“Queremos uma França onde possamos viver com dignidade do nosso trabalho”, disse o Presidente francês durante a sua aguardada comunicação ao país, horas depois de se ter reunido com dezenas de representantes políticos e sindicais.

Para além do aumento do salário mínimo, já a partir de Janeiro, Emmanuel Macron anunciou uma série de medidas concretas, que espera serem suficientes para acalmar os protestos nas ruas – umas mais certas e imediatas, como um corte na contribuição social dos pensionistas com reformas inferiores a dois mil euros mensais, e outras mais dependentes da iniciativa dos empregadores, como um apelo ao pagamento de prémios anuais aos trabalhadores (já no final deste mês), “que serão livres de impostos”.

“Compreendo que a vida não é fácil para estas pessoas. O nível de vida tem vindo a deteriorar-se nos últimos 40 anos e o fosso tem vindo a agravar-se, com as tensões sociais a crescerem. Compreendo a responsabilidade que tive nisso”, disse Macron, numa declaração com três objectivos: criar empatia com os manifestantes e as suas reivindicações; condenar e prometer castigo para quem cometeu actos de violência; e anunciar medidas concretas que possam devolver algum dinheiro aos bolsos dos cidadãos de forma imediata.

Macron é acusado pelos manifestantes de ser arrogante e de não perceber as queixas da classe trabalhadora que vive fora das grandes cidades. As queixas de falta de diálogo estendem-se também aos sindicatos, que acusam o Presidente francês de tentar esvaziá-los do seu papel de intermediários.

É conhecida a insistência de muitos manifestantes em deixarem claro que não se sentem representados por nenhum grupo em particular – seja

um partido político ou um sindicato. Esta ausência de mediação torna ainda mais difícil perceber se as medidas anunciadas esta noite por Macron – e as conversações com partidos e sindicatos, horas antes – vão ser suficientes para acalmar os protestos.

Ainda que tenha dado resposta a duas das principais reivindicações dos Coletes Amarelos, com o aumento do salário mínimo e o travão no aumento da contribuição social das reformas, o Presidente francês deixou de fora da sua comunicação outros dois temas quentes: não falou sobre as exigências de reforma no sistema político representativo e confirmou que o imposto de solidariedade sobre as fortunas não vai regressar – foi o fim deste imposto, introduzido em 1982 por François Mitterrand, que valeu a Macron a alcunha de “Presidente dos ricos”.

Depois da comunicação do Presidente francês, o líder do partido de esquerda França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon, criticou as medidas anunciadas e deu a entender que a bola agora está do lado dos manifestantes.

“Emmanuel Macron acha que uma distribuição de trocos pode acalmar a insurreição dos cidadãos. Cabe aos que participam nesta acção dizerem se isso lhes serve”, disse Mélenchon.

No sábado passado, 125 mil pessoas manifestaram-se um pouco por todo o país, repetindo pelo quarto fim-de-semana consecutivo um protesto que começou por se centrar nos aumentos dos impostos sobre o diesel, mas que depressa se transformou num grito nacional contra o aumento do custo de vida.

Entre as dezenas de exigências dos manifestantes – resumidas num documento publicado no início do mês – estão o aumento do salário mínimo, uma reforma do sistema fiscal que favoreça a classe média baixa e

um referendo sobre a saída de Macron da presidência.

Apesar de o protesto em Paris, no sábado, ter sido menos violento na Avenida dos Campos Elísios e no Arco do Triunfo do que no dia 1 de Dezembro, a câmara da cidade diz que os prejuízos materiais foram muito mais elevados. Isto aconteceu porque a concentração da polícia nas principais artérias da cidade levou os manifestantes mais violentos a incendiarem 50 veículos e a partirem montras de várias lojas em sítios mais afastados do centro, segundo um dos vice-presidentes da câmara de Paris, Emmanuel Gregoire.

Os custos financeiros dos protestos para a economia do país estão também a pressionar o Governo a propor soluções o mais rapidamente possível – até agora, o primeiro-ministro, Édouard Philippe, pouco mais anunciou do que o fim de um novo aumento dos impostos sobre os combustíveis, que estava agendado para 1 de Janeiro. Mas esta cedência não impediu que os manifestantes voltassem às ruas.

Desde o início dos protestos, em meados de Novembro, os centros comerciais do país tiveram menos 17% de clientes do que em anos anteriores, uma quebra muito significativa na época de Natal. E o Governo veio dizer que o crescimento do país neste último trimestre do ano poderá descer 0,1 pontos percentuais, segundo o ministro das Finanças Bruno Le Maire.

Com todas estas condicionantes, o Presidente Macron tem sido pressionado a apresentar ao país medidas concretas e de curto prazo para travar a onda de manifestações que no sábado levaram a um número recorde de detenções em Paris desde o início dos protestos: 1082 pessoas foram detidas, mais de 900 delas passaram a noite à guarda da polícia e 278 vão ser agora ouvidas em tribunal.

internacional.

A guerra no Iémen, que opõe os rebeldes houthi, ajudados pelo Irão, às forças pró-governamentais, apoiadas militarmente por uma coligação internacional liderada pela Arábia Saudita, já causou mais de 10.000 mortos e mais de 56.000 feridos.

Recentemente, representantes dos rebeldes houthi e do governo do Iémen encontraram-se pela primeira vez cara a cara nas negociações patrocinadas pelas Nações Unidas na Suécia. As conversações começaram no início do mês, focando-se numa troca de prisioneiros como medida de aumento de confiança. Poderão ser libertados cinco mil prisioneiros.

Surto de ébola na RDC iguala o mais mortífero da sua história com 280 mortos

O Ministério de Saúde da República Democrática do Congo (RDC) avaliou em 280 o número de mortes prováveis pelo surto de ébola no nordeste do país, segundo os últimos dados divulgados neste domingo por este organismo, um número que já iguala o mais mortífero da sua história.

Num relatório divulgado com números actuais até 7 de dezembro, as autoridades mostram que o total de casos está em 489, dos quais 441 foram confirmados em testes de laboratório e 48 são prováveis.

Esta epidemia já igualou a mais mortífera da história da RDC, a que aconteceu na cidade de Yambuku, no norte do país, no final de Agosto de 1976 e é considerado como o primeiro surto do ébola registado.

Com uma taxa de mortalidade de quase 90%, naquela ocasião morreram por causa do vírus 280 pessoas dos 318 casos que aconteceram.

A actual epidemia é também a segunda maior de todo o mundo em número de casos, superando a registada no Uganda entre 2000 e 2001, na qual foram contabilizados 425 casos e 224 mortes, e só atrás da declarada em 2014 na Guiné, de onde se expandiu para Serra Leoa e Libéria.

Os novos deslocados fogem da seca ou da subida dos níveis do mar

Actualmente, há pelo menos 258 milhões de pessoas em todo o mundo a viver fora dos seus países de origem. O Pacto Global da ONU para as Migrações Seguras, Ordeiras e Regulares (assinado esta segunda-feira em Marrocos) parte do princípio que este é um número que vai continuar a aumentar: os efeitos das alterações climáticas, que em 2018 já tinham levado 25 milhões de pessoas (reconhecidas oficialmente como refugiadas) a abandonar as suas casas são um dos motivos.

O aumento da população, as desigualdades crescentes ou os desequilíbrios demográficos são outras razões para sabermos que haverá mais gente a tentar mudar de região ou de país. Há anos que os especialistas em migrações avisam que as alterações climáticas – e, indirectamente, a poluição – vão estar na origem de fluxos mais complicados de gerir do que as vagas de pessoas em fuga de guerras e perseguições (que nunca foram tão grandes desde a II Guerra Mundial).

Como já se observa, as mudanças no clima fazem subir as temperaturas e transformam campos agrícolas em baldios, reduzindo ao mínimo os recursos hídricos, destruindo a forma de viver de milhões – sempre aconteceu, mas o aquecimento global dos nossos tempos vai agravar muito esta dinâmica. A maioria dos estudos que trataram este fenómeno aponta para uns 200 milhões de deslocados até 2050, mas há estimativas que chegam aos 1.200 milhões, lembra o diário online infoLibre, num texto sobre o Congresso Internacional de Jornalismo de Migrações, realizado em Mérida a semana passada.

Estes novos imigrantes ou refugiados (já existem mas são quase invisíveis) ocupam parte do ponto 2 do Pacto Global da ONU para as Migrações, dedicado a “minimizar os motores adversos e os factores estruturais que levam as pessoas a deixar o seu país de origem”. Para isso, propõe-se que os países partilhem dados para melhorar “o conhecimento e a antecipação dos movimentos migratórios provocados por desastres naturais e efeitos adversos das mudanças climáticas e degradação ambiental, como a desertificação, a degradação da terra, a seca e a subida dos níveis do mar”. Só assim, escreve-se, será possível aos signatários “desenvolver estratégias de adaptação e resiliência” tendo como prioridade promover “a adaptação [dos afectados] no país de origem”.

“Quando maior é o impacto das alterações climáticas, maior é a pobreza, maior é a desigualdade e, por isso, maior será a migração e as deslocações”, disse no encontro de Mérida Inma Alonso, da organização Ajuda em Acção. “Esta equação é assim em qualquer país do mundo. As mudanças climáticas são um desafio global.”

Há 20 milhões de pessoas famintas no Iémen

Cerca de 20 milhões de pessoas no Iémen estão famintas e, pela primeira vez, 250 mil estão a enfrentar uma situação “catastrófica”, disse na segunda-feira o responsável dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas.

Mark Lowcock, que regressou recentemente do Iémen, afirmou que se registou uma “deterioração significativa e dramática” da crise humana no país, salientando que é “alarmante”.

O subsecretário-geral da ONU para os Assuntos Humanitários referiu que, pela primeira vez, cerca de 250 mil iemenitas estão na Fase 5 na escala global para classificar a gravidade e a magnitude da insegurança alimentar e desnutrição, sendo este o nível mais severo.

Mark Lowcock explicou que os 250 mil iemenitas que enfrentam a situação de “catástrofe” estão concentrados em quatro regiões onde os conflitos “ocorrem intensamente”, que

são Taiz, Saada, Hajja e Hodeida.

O responsável da ONU acrescentou ainda que quase cinco milhões de pessoas estão na Fase 4 no Iémen, que é definido como um nível de “emergência”, explicando que a maioria de população passou para uma “categoria pior de insegurança alimentar” devido à guerra.

“Há milhões de iemenitas famintos, doentes, assustados e desesperados, mas todos têm uma única mensagem e a sua mensagem é que eles estão no limite de suas forças e querem que esta guerra pare”, disse Lowcock, explicando que a situação seria ainda mais grave sem a ajuda

Text: Público de Portugal

Cardeal George Pell, terceira figura do Vaticano, condenado por abusos sexuais

O cardeal George Pell, o terceiro mais importante na hierarquia do Vaticano, terá sido considerado culpado de duas acusações de abuso sexual de menores na Austrália, segundo o site norte-americano Daily Beast. Na quarta-feira, Pell foi afastado pelo Papa Francisco do influente Conselho de Cardeais.

Texto: Público de Portugal

George Pell, de 77 anos, responsável pelas finanças do Vaticano, encontra-se suspenso dessas funções devido ao escândalo. Saiu de Roma no Verão de 2017 para começar a ser julgado em Melbourne, no seu país natal.

Na quarta-feira, soube-se que foi afastado do Conselho de Cardeais do Papa, um importante órgão do Vaticano criado em 2013 e que era constituído por nove elementos. Com George Pell saíram também os cardeais Francisco Errázuriz Ossa, do Chile, e Laurent Pasinya, do Congo.

Com estas saídas, o Conselho de Cardeais passa a funcionar apenas com seis elementos, já que o Papa “não vai nomear outros cardeais para o seu lugar”, disse na quarta-feira o director da sala de imprensa da Santa Sé, Greg Burke.

“Já em Outubro, o Papa tinha escrito aos três cardeais em causa, os mais velhos do grupo, agradecendo-lhes pelo seu trabalho”, acrescentou Burke, citado pela agência Ecclesia.

Para além de George Pell, também o chileno Francisco Errázuriz Ossa se

viu envolvido no escândalo de abusos sexuais na Igreja Católica – foi acusado de esconder as denúncias de abuso sexual contra o padre chileno Fernando Karadima.

O cardeal congolês Laurent Pasinya, de 79 anos, não está relacionado com o escândalo de abusos sexuais.

“Censura” na Austrália

O julgamento de George Pell está envolto em secretismo e os jornais australianos estão proibidos de publicar notícias sobre os seus desenvolvimentos.

O país tem uma lei antiga que pode ser usada para travar a publicação de notícias sobre um determinado julgamento – o objectivo, hoje em dia mais difícil de alcançar, era o de impedir que a visibilidade desse julgamento contribuísse para influenciar o desfecho.

Os órgãos de comunicação australianos estão obrigados a cumprir essa ordem do tribunal nos próximos meses, já que George Pell será julgado

por outra acusação de abuso sexual de menores no próximo ano. O tribunal considera que as notícias sobre o desfecho do actual julgamento podem influenciar o decurso do próximo.

Nesta quinta-feira, o jornal australiano Herald Sun saiu com uma primeira página a negro e com a palavra “CENSURADA”.

“O mundo está a ler uma história muito importante que é relevante para os vitorianos. O Herald Sun está proibido de publicar pormenores desta notícia importante”, escreve a direcção do jornal de Melbourne, no estado de Victoria.

A notícia a que o Herald Sun faz referência foi avançada esta semana pelo site norte-americano Daily Beast, que considera não estar abrangido pela ordem do tribunal australiano.

Segundo o site, o cardeal George Pell foi considerado culpado das acusações de abuso sexual contra dois menores, na década de 1990, e fica a aguardar o anúncio da pena a que será condenado.

Freiras desviaram 440 mil euros de escola para jogar em Las Vegas

Duas freiras norte-americanas admitiram terem desviado fundos escolares estimados em 500 mil dólares (441 mil euros) para realizarem viagens aos casinos de Las Vegas, anunciou na segunda-feira a arquidiocese de Los Angeles.

Texto: Público de Portugal

O desvio de fundos destinados a uma escola católica perto de Los Angeles, onde as duas freiras davam aulas há mais de 20 anos, terá ocorrido ao longo de mais de uma década, segundo a própria instituição.

“Sabemos que costumavam ir em viagem, aos casinos. O problema é que usavam a conta [da escola] como a sua conta pessoal”, resumiu um investigador citado pela imprensa local.

A ordem das Irmãs de São José de Carondelet, criada em 1650, em França, “confirma ter sido informada pela arquidiocese

de Los Angeles de um inquérito sobre as finanças da Escola Católica St. James, em Torrance”, lê-se num comunicado enviado à agência de notícias France-Presse (AFP).

“Disseram-nos que havia uma apropriação indevida de fundos que envolvia duas das nossas irmãs, que já confirmaram a negligência e cooperaram com a investigação”, segundo a ordem religiosa.

A freira Mary Margaret Keuper, directora da escola onde trabalhou duas décadas, e a irmã Lana Chang, que também lec-

cionou na instituição, aposentaram-se este ano.

Esta foi uma auditoria realizada após a reforma que revelou as práticas, explicou a escola numa dirigida aos pais, transmitindo, em particular, o “arrependimento profundo” manifestado pelas duas freiras.

“Nenhum estudante ou programa (...) sofreu uma perda de financiamento (...) A educação dos seus filhos não foi, e não será, afectada por estes eventos”, sublinhou a instituição numa carta à qual a AFP teve acesso.

Nove mortos e 47 feridos em acidente de comboio de alta velocidade na Turquia

Pelo menos nove pessoas morreram e 47 ficaram feridas na sequência do descarrilamento de um comboio de alta velocidade na Turquia.

Texto: Público de Portugal

O comboio de alta velocidade, que seguia da capital, Ancara, para a cidade de Konya, no centro do país, transportava 206 passageiros quando colidiu contra uma locomotiva, descarrilou e embateu na base de um viaduto junto à estação de Marsandiz, no distrito de Yenimahalle.

O viaduto colapsou sobre a composição e pelo menos duas carruagens tombaram, deixando algumas pessoas encarceradas.

As causas do acidente, que aconteceu por volta das 6h30 locais (3h30 em Portugal continental), não foram ainda apuradas, mas



o Ministério Público de Ancara já abriu uma investigação. O ministro turco dos Transportes e o governador de Ancara já estiveram no local.

De acordo com o governador de Ankara, Vasip Sahin, o acidente foi causado pelo excesso de velo-

cidade do comboio que, ao bater no engenho que estava a verificar o estado dos carris, causou o descarrilamento.

Ainda não existem informações concretas sobre a velocidade a que viajava o comboio.

O presidente da união dos engenheiros e arquitectos turcos, Yunus Yener, disse no Twitter (tweet em turco) que já tinham sido reportados “problemas de sinalização” na linha. “O acidente é homicídio!”, acusou o responsável.

Em Julho, um outro acidente de comboios na Turquia fez 24 mortos.

Sociedade

Para Moçambique: FMI projecta um crescimento económico de 4,7 por cento para 2019

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projecta um crescimento económico, para Moçambique, entre 4 e 4,7 por cento, no próximo ano, segundo indicou, na quarta-feira, 12 de Dezembro, em Maputo, o representante residente desta instituição, em Moçambique.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Ari Aisen, que falava à margem de uma palestra, promovida pela Escola Superior de Altos Estudos e Negócios – ESAEN, uma unidade orgânica da Universidade Politécnica, sob o tema: “A Conjuntura Económica Internacional e Potenciais Impactos nas Economias Emergentes e de Moçambique”, sustentou que o desempenho da economia moçambicana, em 2019, vai depender, em parte, da Decisão Final de Investimentos (FID) das empresas no sector de gás, na bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado.

O representante residente referiu, igualmente, que aliado a este factor, o pagamento aos fornecedores e o contínuo relaxamento cauteloso de uma política monetária podem favorecer o aumento de crédito, assim como a manutenção da paz, que é um elemento central no projecto do crescimento económico do país.

A Decisão Final de Investimentos sinaliza, conforme argumentou Ari Aisen, o grande potencial que Moçambique tem e que poderá catapultar o crescimento da economia para 4,7 por cento.

O orador alertou sobre os riscos que as economias da África subsariana têm, e que podem ser externos, como os preços do carvão e do alumínio, que se espera que não tenham declínio no mercado internacional. Apon- tou ainda para os factores de risco climáticos, que podem pressionar a política fiscal e económica, tendo, por consequência, recomendado para a observância de uma disciplina fiscal acentuada.

“Recomendamos uma disciplina fiscal neste processo, para evitar situações de agravamento, depreciação e inflação da moeda, quando comparado com o que o País registou no ano passado, com o Produto Interno Bruto (PIB) a registar uma subida de 3,5 pontos percentuais, em 2018, para 4,7 por cento, como projecção em 2019”, disse Ari Aisen.

A inflação também registou uma estabilidade, com o registo de 6,5 pontos percentuais, em 2018, e projecta-se 5,5 pontos percentuais para 2019. A taxa de câmbio, segundo Ari Aisen, continuará estável em 2019.

Abordado momentos após a palestra, Narciso Matos, Reitor da Universidade Politécnica, disse ter tirado várias ilações da apresentação feita pelo representante do FMI em Moçambique, particularmente no que se refere às projecções do ano económico de 2019.

Sobre o evento, Narciso Matos explicou que se insere no novo ciclo de palestras, que visa orientar os estudantes da maior universidade privada do País, o corpo docente e convidados, sobre as dinâmicas da economia nacional e suas directrizes.